

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

**PRESENÇA JESUÍTICA NA VILA DE PARANAGUÁ: O PROCESSO
DE ESTABELECIMENTO DO COLÉGIO JESUÍTICO (1708-1759)**

VANESSA CAMPOS MARIANO RUCKSTADTER

MARINGÁ
2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

**PRESENÇA JESUÍTICA NA VILA DE PARANAGUÁ: O PROCESSO
DE ESTABELECIMENTO DO COLÉGIO JESUÍTICO (1708-1759)**

Dissertação apresentada por VANESSA CAMPOS MARIANO RUCKSTADTER, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo

MARINGÁ
2007

VANESSA CAMPOS MARIANO RUCKSTADTER

**PRESENÇA JESUÍTICA NA VILA DE PARANAGUÁ: O PROCESSO DE
ESTABELECIMENTO DO COLÉGIO JESUÍTICO (1708-1759)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo (Orientador) –
UEM

Prof. Dr. Amarílio Ferreira Junior – UFSCAR – São Carlos

Profa. Dra. Celina Midori Murasse Mizuta– UEM

Maringá, 30 de março de 2007.

Dedico este trabalho à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais TEREZA e MARIANO, que mesmo estando longe acreditam e torcem por mim.

Estendo o agradecimento familiar à minha irmã VALÉRIA, aos meus sogros MARILDA E JOSÉ, e às minhas cunhadas NATÁLIA e MÔNICA, que sempre me apóiam em tudo o que eu faço.

Ao meu marido, FLÁVIO, que dividiu comigo as aflições e as vitórias, e me amparou nas horas de desespero com sua calma e sabedoria características.

A um casal de amigos em especial, TENIELLE e FERNANDO, por escutar inúmeras vezes minhas lamentações!

Agradeço ainda ao Professor CÉZAR, que foi muito mais que um orientador, pois prezou além da relação profissional a relação humana, sempre com muita paciência e compreensão perante as dificuldades.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa.

Aos funcionários do ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, que tão bem nos recebeu e demonstrou extrema competência e dedicação em seu trabalho.

Aos que virão depois de nós
“(...) vocês, que vão emergir das ondas em que
nós perecemos,
pensem,
quando falarem das nossas fraquezas,
nos tempos sem sol
de que vocês tiveram sorte de escapar.
Nós existíamos através da luta de classe,
mudando mais seguido de país do que de
sapatos,
desesperados,
quando só havia injustiça e não havia revolta.
O ódio contra a baixeza
também endurece os rostos!
A cólera contra a injustiça
faz a voz ficar rouca.
(...) Mas vocês, quando chegar o tempo
em que o homem seja amigo do homem,
pensem em nós
com um pouco de compreensão”
(Bertold Brecht – 1898-1956)

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **PRESENÇA JESUÍTICA NA VILA DE PARANAGUÁ: O PROCESSO DE ESTABELECIMENTO DO COLÉGIO JESUÍTICO (1708-1759)**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2007.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa de caráter documental sobre a atuação dos padres da Companhia de Jesus na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, no período que se estende de 1708 até a sua expulsão do reino português no ano de 1759. Paranaguá se tornou no século XVIII centro de atividades sacerdotais e pedagógicas, através de uma Casa de primeiras letras (1708) e do estabelecimento de um Colégio jesuítico (1755). O colégio jesuítico de Paranaguá somente foi fundado oficialmente após um longo trâmite que durou quase meio século. Este trabalho considera como objeto de pesquisa a atuação dos padres inacianos na vila desde o estabelecimento da casa jesuítica e não somente o colégio. A Companhia de Jesus desempenhou um importante papel educacional no Brasil-Colônia, tanto com a catequese dos povos nativos quanto com a instrução dos filhos dos colonos. Foi também responsável pela sistematização do ensino no Brasil. Sua ação missionária foi além do âmbito religioso, e seu campo de atuação se estendia também aos assuntos relacionados à política e à economia. Isso porque os padres jesuítas eram também funcionários da coroa portuguesa, uma vez que o Padroado unia Igreja e Estado. Estavam inseridos na lógica mercantilista inerente ao período e faziam parte de um projeto maior: o projeto colonizador português. Atuaram como catequistas, educadores, arquitetos, mas também foram donos de fazendas, e de escravos e também influentes figuras políticas. Por esse motivo, esta pesquisa considera o contexto maior no qual os padres viveram e agiram. O objetivo do trabalho é analisar o longo processo de estabelecimento do colégio jesuítico de Paranaguá, que dentre todos os colégios da Ordem no Brasil, é o que aparece com menos frequência (quando aparece) na historiografia, bem como os motivos que teriam levado os moradores da vila a reivindicarem a presença jesuítica na região. A hipótese é a de que a omissão da historiografia em relação ao Colégio de Paranaguá está relacionada a algo mais universal. A Companhia de Jesus, bem como o Brasil-Colônia, ainda é pouco estudada pelos pesquisadores da área de História da Educação. Apesar da ampla atuação dos jesuítas espanhóis na região estudada, esta pesquisa é restrita ao domínio português no Cone Sul.

Palavras-chave: Educação, Educação Brasileira, Jesuítas, Século XVIII, Paranaguá

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **JESUITICAL PRESENCE AT VILA DE PARANAGUÁ: THE PROCESS OF THE ESTABLISHMENT OF THE JESUITICAL SCHOOL (1708-1759)**. 119 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Professor Doctor César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2007.

ABSTRACT

This work is a documental research about the Jesuits' actuation at Vila Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá from 1708 to the Jesuit's expulsion of the Portuguese kingdom in 1759. Paranaguá become at 18th Century center of religious and pedagogic activities, with a basic school (1708) and a Jesuit High School (1755). The Jesuitical School of Paranaguá was officially inaugurated only after long bureaucratic formalities period, of almost half century. Instead, this work considers as an object the Jesuit's actuation at this village since the First Words House installation, not only the High School. The Society of Jesus had an important educational part in Brazilian Colonization period, with the natives' catechism and also with the colonos instruction. It was also responsible of the systematization of the education in Brazil. Its missionary action was through the religious field and its actuation field had also extended to the subjects related to the politics and economy. That because the Jesuits Fathers were also royals employees, because the union between State and Catholic Church, which is named *Padroado*. They were inserted in the merchant logical inherent to the period and were part of a major project: the Portuguese colonization project. They act as catechists, educators, architects, but were also owners of farms, slaves and influent political figures. Because of that, this research considers the bigger context in which the fathers lived and acted. The objective of the work is to analyze the long process of the establishment of the Jesuitical School, that between all of high schools of the Order in Brazil, is the one which hardly ever appears (when it does) in the historiography, such as the reasons that would have taken the village's residents to claim the Jesuit's presence at the region. The hypothesis is that the fathers had an important part even before the official foundation of the High School, in the year of 1755, and that the few studies about this school particularly is related to the fact of the Society of Jesus as an all is still not many studied. In spite of the extensive work of the Spanish Jesuits at the studied region, this research is restricted to the Portuguese domination at South Cone.

Key words: Education, Brazilian Education, Jesuits, 18th Century, Paranaguá

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DAS FONTES PARA O ESTUDO DA PRESENÇA JESUÍTICA NA VILA DE PARANAGUÁ.....	18
2.1 Levantamento e seleção das fontes.....	22
2.2 O sentido do passado e o tratamento às fontes.....	28
2.3 Seleção e análise das fontes documentais: um recorte espacial e temporal.....	30
2.4 Educação, História da Educação e História da Educação no Brasil.....	34
3. A ATUAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS: DA SUA FUNDAÇÃO À VINDA AO BRASIL.....	40
3.1 Fundação e organização da Companhia de Jesus.....	43
3.2 As Primeiras Casas e Colégios da Companhia de Jesus no Brasil.....	50
3.3 Expandindo Fronteiras: Bandeirantes X Jesuítas.....	57
4. ATUAÇÃO JESUÍTICA NA VILA DE PARANAGUÁ.....	61
4.1 Breve Histórico da Vila de Paranaguá: aspectos geográficos, históricos e administrativos.....	62
4.2 Histórico do Colégio de Paranaguá.....	70
4.3 Da Casa ao Seminário, do Seminário ao Colégio: o estabelecimento dos jesuítas na vila de Paranaguá.....	79
CONCLUSÃO.....	97

REFERÊNCIAS.....104

ANEXOS.....113

APÊNDICE.....119

1. INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta discussão a respeito da atuação da Companhia de Jesus no Brasil está intimamente relacionado aos estudos iniciados desde a graduação no curso de História. Entender a prática pedagógica a partir da análise da História da Educação foi e ainda é uma preocupação pessoal.

Após dois estudos sobre o período colonial e a atuação jesuítica no Brasil-Colônia – o primeiro realizado em um projeto de iniciação científica, intitulado *A filosofia educacional dos jesuítas no teatro anchietano*, executado no período de 2002 a 2003, ainda durante a graduação em História, e o outro no curso de especialização em Pesquisa Educacional, que resultou na monografia intitulada *José de Anchieta: teatro e educação no Brasil-Colônia*, defendida em setembro de 2005 - o tema desta pesquisa chamou a atenção devido à escassez de fontes. A dificuldade em encontrar referências bibliográficas diretas ou indiretas quer à atuação dos padres jesuítas na vila de Paranaguá, quer sobre o colégio que lá fundaram, constituiu-se em um importante problema de pesquisa. As poucas fontes disponíveis estão, na sua maioria, dispersas.

Esta pesquisa tem por finalidade principal analisar a presença dos jesuítas na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, entre os anos de 1708 a 1759. Esse é o período de estabelecimento dos padres em Paranaguá, primeiro com uma casa de formação, em 1708, e que culminou com a fundação de um colégio no ano de 1755, apenas quatro anos antes da expulsão do reino português. A fundação do Colégio Jesuítico de Paranaguá, no entanto, levou quase meio século, e esbarrou em um lento trâmite. Desde o início do século XVIII já há registros de solicitações da população da vila à Coroa e aos jesuítas.

Além da escassez de fontes, o período da atuação jesuítica no Brasil-Colônia (1549-1759) ainda é pouco estudado, apesar de mais de 200 anos de supremacia da ação educacional dos padres jesuítas. No entanto, tratar do assunto é também, um enfrentamento de um problema teórico-metodológico, pois há a idéia generalizada de que tudo o que havia para ser dito sobre a Companhia de Jesus já teria sido falado, e, por essa razão, não haveria sentido em retornar ao tema (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2006, p. 01)

Outra dificuldade que se apresenta é a de lidar com textos ora apologéticos ora contrários à ação dos padres inicianos no Brasil-Colônia. Não se trata de assumir uma ou outra posição, opinião comumente divulgada na área de Educação, mas sim, de propor um estudo sobre uma importante e organizada atuação dos padres jesuítas nos séculos XVI a XVIII. Desvencilhar-se das posições apologéticas ou detratoras é uma preocupação constante nesta pesquisa.

Qual a importância então de se estudar a atuação dos padres jesuítas, ainda mais de maneira tão específica como este trabalho de pesquisa propõe? A escolha da atuação dos padres na vila de Paranaguá, que culminou na fundação de um colégio, deve-se ao fato de este ser o colégio menos citado na historiografia se comparado aos outros colégios jesuítas.

A Companhia de Jesus não foi a única Ordem religiosa presente no período colonial no Brasil. No entanto, foi a Ordem mais atuante no campo educacional, e, além de ampla atuação missionária e pedagógica, quer na catequese dos nativos quer na instrução dos colonos, teve ampla participação nas questões políticas e econômicas do período. Além disso, no que se refere à educação, área de interesse desta discussão, os padres jesuítas sistematizaram o ensino letrado no Brasil-Colônia, fundando diversas casas de ensino de primeiras letras, colégios e também seminários. Não se desconhece que outras ordens religiosas também atuaram na educação e instrução bem como em outras áreas. Trata-se de uma dentre várias possibilidades de estudo da educação no período colonial brasileiro, tendo em vista o caráter modelar da educação jesuítica inclusive para as demais ordens religiosas.

A atuação da Companhia de Jesus no Brasil no período colonial ainda é pouco estudada e discutida atualmente em História da Educação. Vêm sendo privilegiados temas dos séculos XIX e XX em detrimento do período colonial como um todo, especialmente o período da atuação jesuítica, que vai do ano de 1549, com a chegada dos primeiros padres, até sua expulsão dos domínios portugueses em 1759. No entanto, há importantes referências que não podem ser desconsideradas, mas também não podem ser entendidas fora do contexto no qual foram escritas. A mais importante delas e que pautará a discussão e análise de maneira direta é a obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do padre jesuíta Serafim Leite (1890-1969). Das obras analisadas e do levantamento feito, essa foi uma das poucas referências bibliográficas encontradas que trata especificamente do colégio

fundado pelos padres inacianos na vila de Paranaguá no ano de 1755. A monumental obra desse padre jesuíta é simplesmente tomada, nas poucas pesquisas históricas sobre o tema como fonte única e inquestionável. Assim, torna-se uma necessidade a busca de novas ou alternativas fontes de estudo para alimentar o vigor das pesquisas na área de história da educação.

A divisão do texto conta com a seguinte estrutura: um capítulo dedicado às discussões conceituais e aos procedimentos adotados; outro, relacionado ao contexto de fundação da Companhia de Jesus, os primeiros anos da Ordem e sua atuação na Europa até a chegada e atuação no Brasil; por último, a análise das fontes levantadas e uma discussão sobre o colégio de Paranaguá e a atuação dos padres inacianos na Vila.

Foi dedicado todo um capítulo para explicitar os princípios norteadores deste estudo, especialmente uma discussão acerca das fontes para o estudo do tema. Foram ainda destacados os cuidados dispensados aos documentos e à bibliografia especializada sobre os padres da Companhia de Jesus e sua presença em Paranaguá. Explicar ao leitor como tais fontes foram selecionadas e quais os motivos que levaram à sua seleção em detrimento de outras faz parte desta discussão inicial. O primeiro capítulo intitulado *Das fontes documentais para o estudo da presença jesuítica na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá* traz ainda uma discussão a respeito do sentido do passado e a influência desse sentido na análise de fontes primárias. Foram também definidos alguns conceitos como Educação e História da Educação visando dar suporte às discussões feitas na seqüência. Em relação às fontes, várias foram as perguntas elaboradas, dentre as quais se destacam: qual o intuito dos moradores de Paranaguá ao pedirem veementemente a presença dos padres da Companhia de Jesus na vila? Por que o processo que envolveu o trâmite burocrático com o pedido da fundação do colégio se arrastou por quase um século? Os dois pedidos feitos, a princípio de uma casa jesuítica e posteriormente de um colégio, são parte de um objetivo único? Por que o colégio não aparece com mais freqüência nas principais obras sobre História da Educação, História do Brasil e História do Paraná? Os outros dois capítulos que seguem essa discussão inicial procuram responder a tais questionamentos.

No segundo capítulo intitulado *A atuação da Companhia de Jesus: da sua fundação à vinda ao Brasil*, há um recuo histórico até o início dos Tempos Modernos

para contextualizar o momento no qual foi fundada a Companhia de Jesus. Polêmica e inovadora, a Ordem representou o momento da transição entre o mundo medieval e o moderno, com seus questionamentos, novidades e cisões, especialmente no que diz respeito à Reforma Protestante e à Reforma Católica. Analisar os ideais e as ações dos primeiros jesuítas, principalmente seu caráter missionário, faz parte do objetivo do capítulo. Dentre as principais atividades desenvolvidas pelos jesuítas estavam a atuação política e a administrativa; além de ministrar os sacramentos, especialmente o batismo, que simbolizava a conversão do gentio, e, assim, a fixação do catolicismo em um período de cisão da unidade da fé cristã ocidental com a já mencionada Reforma Protestante. O apostolado educacional também será apresentado e discutido, tanto a educação formal quanto a educação em seu sentido mais amplo. A Educação não era a princípio uma atividade importante para a Companhia de Jesus, mas, nesse contexto de reformas religiosas se tornou fundamental. Não foi como simples reação à Reforma que nasceu e atuou a Ordem, sobretudo no que diz respeito à educação. Os padres jesuítas foram (e são) cientistas, filósofos, médicos, arquitetos, químicos, professores, confessores de reis e príncipes, entre tantos outros (WRIGHT, 2006). Mas, pode-se afirmar que foi como reação que tal apostolado se fortaleceu, a princípio na Europa, e posteriormente nas missões espalhadas por todo o mundo. Logo, a educação se tornou uma importante bandeira da então nascente Ordem religiosa. Fundada em 1539 e reconhecida oficialmente pelo papa Paulo III no ano de 1540, já nas primeiras décadas de sua existência a Companhia de Jesus tinha em suas mãos a direção de muitos colégios importantes da Europa, como por exemplo o Colégio Real de Artes de Coimbra a partir do ano de 1542. Não demoraram em fundar seus próprios colégios e seminários, tanto na Europa quanto nas missões espalhadas pelos quatro cantos do mundo.

Não foram elencados os colégios e seminários europeus. Somente foram citados exemplos aleatórios com a finalidade de se relacionar as primeiras experiências dos padres jesuítas no ensino formal com a sua organização para então se discutir a organização dos colégios e o ensino escolar instalado no Brasil. A análise de tais aspectos pode também contribuir para a discussão sobre os motivos que levaram a Coroa Portuguesa a enviar os jesuítas ao Brasil-Colônia em um regime que os tornava também funcionários do rei: o Padroado. Essa relação entre

Igreja e Estado será também discutida na segunda parte. A atuação dos jesuítas está diretamente relacionada a um projeto maior, o projeto colonizador português, do qual a Companhia de Jesus foi pedra angular, uma vez que ajudou, entre outros, na manutenção e no funcionamento dos aparelhos do Estado português na colônia. Por fim, foi feita a distinção conceitual sobre as diferenças entre duas unidades do ensino jesuítico distintas presentes no Brasil-Colônia: as Casas de Ensino e os Colégios.

A Atuação Jesuítica na Vila de Paranaguá é a última parte deste estudo. A análise propriamente dita da presença dos jesuítas e do estabelecimento do colégio será realizada neste capítulo. As fontes selecionadas serão analisadas a fim de discutir o motivo que levou os moradores a fazerem um pedido formal para a instalação de um colégio jesuítico na vila de Paranaguá.

A análise das fontes acontecerá em dois momentos distintos. De início, será analisada a primeira manifestação oficial da Câmara de Paranaguá pedindo a presença jesuítica na vila. Esse pedido data do ano de 1682 e resultou na fundação da Casa de Formação ou de primeiras letras no ano de 1708. O segundo momento diz respeito ao primeiro pedido oficial da Câmara para a fundação de um colégio jesuítico em Paranaguá. Esse pedido data de 1722, no entanto, a fundação oficial somente aconteceu no ano de 1755. Esses dois documentos são citados na íntegra na obra do padre jesuíta Serafim Leite. Tal divisão se justifica pois os objetivos e a ação dos padres jesuítas foram distintos nos séculos XVII e XVIII, uma vez que se tratam também de dois momentos diferentes do contexto colonial. A princípio era a catequese que estava no horizonte dos jesuítas que aqui começaram a chegar desde 1549. Depois de dizimada a população indígena, objeto da catequese, a ação dos padres da Companhia de Jesus se voltaram para a instrução dos filhos dos colonos, e a catequese deu lugar ao ensino nos colégios jesuíticos.

Para além da instalação do colégio, serão verificadas as menções (e omissões) da presença e atuação dos padres inicianos em Paranaguá em algumas obras selecionadas a título de exemplificação. Uma discussão acerca da detectada escassez de fontes para o estudo do tema será feita na seqüência. Faz-se necessário analisar o porquê da omissão freqüente na historiografia. Além disso, será discutida a menção do assunto e como é feita.

A hipótese central do trabalho é a de que o fato de não serem comuns estudos sobre o colégio de Paranaguá está relacionado com algo mais universal. Não somente o colégio em particular não é estudado, mas também a predominância jesuítica no âmbito educacional ainda é muito pouco investigada pela história da educação. A partir da análise dos documentos, alguns inéditos, este estudo discutirá a ausência na historiografia, da discussão sobre a atuação dos padres jesuítas em uma importante região do período colonial, Paranaguá, palco de cobiça onde, por exemplo, foi encontrado o primeiro ouro brasileiro, tendo contado inclusive com uma Casa de Fundição, uma das poucas instaladas na então colônia portuguesa no século XVII.

Vale ressaltar também que se trata de um estudo sobre a presença portuguesa no atual estado do Paraná, mais especificamente nos arrabaldes de Paranaguá, sem desconsiderar a presença espanhola, que fundou reduções em um período anterior ao recorte feito, também na região do atual estado do Paraná. Essas, além de se localizarem na região noroeste, oeste e sudoeste (Guayrá), compunham inicialmente, e pelo menos até o final do século XVII, o domínio espanhol na América do Sul. Essa presença jesuítica nas missões não era caracterizada pela ligação freqüente com o domínio português. Sendo assim, a restrição da análise ao domínio português, não desconsidera sua importância. Assim, esta pesquisa é restrita ao domínio português no Cone Sul da América e o objeto de estudo é focado, como indicado na documentação, na presença dos padres jesuítas nos arredores da vila de Paranaguá desde fins do século XVII até 1759, período das referências documentais e do estabelecimento desses padres naquela região.

Pretende-se com este estudo, responder a dois questionamentos. O primeiro deles diz respeito ao motivo que teria levado os moradores da vila de Paranaguá a reivindicarem a fundação de um colégio jesuítico na região, principalmente no século XVIII, momento conflitivo entre jesuítas e colonos em várias partes da Colônia. A segunda indagação é ligada ao longo processo de estabelecimento do Colégio Jesuítico. Analisar essas duas questões é a meta desta pesquisa. Deve ser destacado que esta é somente uma das possibilidades de estudo do tema. O recorte é temporário e momentâneo e pretende não perder de vista a totalidade das

relações políticas e econômicas no reino português no período áureo da predominância portuguesa nos mares e no comércio mundial.

2. DAS FONTES DOCUMENTAIS PARA O ESTUDO DA PRESENÇA JESUÍTICA NA VILA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE PARANAGUÁ

*Um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de idéias. Especialmente no caso de pesquisas voltadas para a história das idéias, do pensamento político, das mentalidades e da **cultura** (grifo nosso), o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende muito da forma do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais etc. (CARDOSO, 1997, p. 377)*

A análise documental requer do historiador a consideração da máxima de que o documento é sempre portador de um discurso. Sempre envolto em uma carga ideológica, ele remete o estudo feito a partir dele a uma visão específica sobre um determinado momento histórico, marcado por exemplo, pela classe social do indivíduo que o produziu ou pelas condições no momento da sua produção. A compreensão dessa máxima evita análises equivocadas a respeito de uma época histórica. Este trabalho procurou seguir essas determinações pelo fato de apresentar de uma pesquisa documental, onde a análise deve ser feita de maneira crítica.

O tema central desta pesquisa é a discussão sobre a documentação da atuação dos padres da Companhia de Jesus na Vila de Paranaguá, entre os anos de 1708 e 1759. Nesse período teve início o processo de estabelecimento de uma casa jesuítica (1708) que resultou posteriormente na fundação de um colégio (1755). A proposta é inserir o colégio de Paranaguá em um prisma de significações mais amplo, a sociedade colonial brasileira e suas relações econômicas, sociais e culturais do reino português.

No entanto, tal recorte não provocou um engessamento na busca e seleção das fontes, e foram também consultados materiais que datam de imediatamente antes e depois do período assinalado. O foco deste estudo está voltado, nesse sentido, para os séculos XVII e XVIII, e a região onde foi encontrado o primeiro ouro no Brasil: a faixa portuária de Paranaguá, atual estado do Paraná e, na época,

pertencente a São Paulo.¹ Apesar de considerar o singular, o particular, não se desconsiderou o conjunto.

O colégio jesuítico de Paranaguá foi fundado oficialmente no ano de 1755, somente quatro anos antes da expulsão dos padres jesuítas do Brasil. Talvez por ter existido por um curto período existe uma lacuna nos manuais de História do Brasil e, mais especificamente, nos manuais de História do Paraná tanto sobre a atuação dos jesuítas em Paranaguá quanto sobre a fundação e funcionamento do colégio.

Dois desafios se apresentaram aqui: estudar um período longínquo, mas de grande importância para a memória da História da Educação brasileira, e mesmo da formação da cultura do país, que foram os séculos XVII e XVIII, e trabalhar com fontes dispersas em diversos arquivos, nacionais e internacionais, e ainda, sem referências claras de sua localização, tornou necessária a consulta à literatura de apoio para a localização dessas fontes.

Um primeiro levantamento foi feito em busca de referências bibliográficas que abordassem a temática proposta. Nenhuma obra foi encontrada especificamente sobre a presença dos padres da Companhia de Jesus em Paranaguá ou sobre o colégio de Paranaguá, somente capítulos, geralmente curtos, ou, menções periféricas em obras sobre Paranaguá e em sua maioria datadas de meados do século XX.

Em uma consulta ao banco de teses e dissertações do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), nenhuma obra foi encontrada, nem sobre a atuação dos jesuítas em Paranaguá, tampouco do colégio jesuítico erigido na vila no século XVIII.² Essa lacuna direcionou a pesquisa para a utilização de fontes primárias, trabalho árduo, uma vez que os documentos se encontram dispersos em diversos Arquivos, especialmente nos grandes centros, o que dificultava o acesso.

A partir da lacuna detectada, foram selecionados manuais de História da Educação, História do Brasil e História do Paraná para análise e exemplificação. O

¹ Sobre o ouro em Paranaguá há menção na obra *História do Paraná*, de Romário Martins (s.d.) e em SAINT-HILAIRE (1964, p. 151).

² Consulta realizada em 20/08/2006, no endereço <http://www.capes.gov.br>.

critério de seleção utilizado foi utilizar obras clássicas e que foram (e algumas ainda são) amplamente utilizadas em cursos de graduação de História e de Pedagogia.

Para seguir esse critério, foi escolhido o livro de Otaíza Romanelli, intitulado *História da Educação no Brasil* para trabalhar as questões relacionadas à História da Educação no Brasil, bem como analisar as presenças e/ou ausências nessa obra em relação à atuação da Companhia de Jesus no Brasil e, mais especificamente, em Paranaguá nos séculos XVII e XVIII. Esta obra é muito utilizada nos cursos de graduação em pedagogia, e já está em sua 29ª edição. Por esse motivo, influenciou e influencia amplamente a visão que se têm sobre a atuação da Companhia de Jesus no Brasil- Colônia.

Sobre História do Brasil foram selecionados dois títulos. O primeiro foi o Manual de História do Brasil, que em 1920 estava em sua terceira edição, escrito por Mario da Veiga Cabral intitulado *Compendio de Historia do Brasil*, livro destinado e recomendado aos colégios militares por conter um ardor patriota do autor. Conforme a apresentação do livro, a primeira edição foi utilizada no Colégio Pedro II e a segunda utilizada na primeira escola Normal Superior do Brasil. Segundo o editor Jacintho Ribeiro dos Santos:

(...) tendo já sido editado duas *Histórias do Brasil*, uma de accôrdo com o programma da Escola Normal e outra de accôrdo com o do Collegio Pedro II, resolvi dar uma terceira á publicidade que viesse atender o mais directamente possível o programma dos Collegios Militares (DOS SANTOS, 1925, p. 23).

O segundo, trata-se da História do Brasil escrita por José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), publicada em 1959, especialmente os três primeiros volumes.³ Uma das principais razões de sua escolha é o fato de que ele é citado com muitas frequência nas referências de obras especializadas.

Por fim, dois livros de História Regional, o primeiro escrito no ano de 1772 por Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) intitulado *História da Capitania de São Vicente*, que contém um subtítulo sobre as vilas da capitania de São Vicente, inclusive sobre a vila de Paranaguá. O outro, um clássico de Alfredo Romário

³ No ano de 1900, Rocha Pombo foi admitido como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Martins (1893-1944) intitulado *História do Paraná* que foi e ainda é muito utilizado nos cursos de graduação de História das principais universidades e faculdades do estado do Paraná. Além disso, é obra de referência e é citada em grande parte dos estudos feitos sobre a História do Paraná. Assim como Rocha Pombo, Romário Martins é amplamente citado pela historiografia, e por muitas vezes é tomado como fonte principal em estudos sobre a História do Paraná.

Conforme indicado, a lacuna direcionou a pesquisa a uma bifurcação: por um lado, buscar uma explicação para tal lacuna nos manuais mencionados e em obras especializadas, por outro, buscar auxílio nas fontes primárias sempre que possível para prosseguir com a análise.

2.1 Levantamento e seleção das fontes

A seleção de material para este estudo priorizou fontes primárias sempre que possível. Ao final do levantamento, feito em arquivos do Brasil e de Portugal por meio de bases de dados disponíveis na rede mundial de computadores, catálogos impressos e publicações, algumas considerações podem e devem ser feitas.

O primeiro passo foi fazer uma varredura das fontes que poderiam estar disponíveis no estado do Paraná, uma vez que atualmente a cidade de Paranaguá se encontra em território paranaense. No entanto, tais fontes não estão disponíveis nesses arquivos, sobretudo no Arquivo do Estado do Paraná e no Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Pode-se chegar rapidamente a uma conclusão sobre o motivo para essa ausência se entendermos que no período estudado, a vila de Paranaguá pertencia à província de São Paulo, e, anteriormente, à capitania de São Vicente. A partir dessa informação, novo levantamento foi iniciado em arquivos do estado de São Paulo.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo foram encontrados importantes documentos, destacando entre eles uma *Representação* da Câmara de Paranaguá pedindo a fundação do colégio na vila de Paranaguá, datada de 17 de março de 1722. O documento faz parte do lento processo burocrático para estabelecimento do colégio jesuítico na Vila, processo descrito e indicado por Serafim Leite e que pôde auxiliar na compreensão da fundação do colégio. Foram encontrados na mesma caixa os seguintes documentos relativos à vila de Paranaguá:

1 - *Ofícios da Camara e do Capitão Mor*, uma coletânea de documentos burocráticos enviados pela Câmara de Paranaguá, especialmente pelo Capitão-Mor (datas entre 1721 e 1803);

2 - *Sobre carregamento de farinha e recrutamento de soldados* (data não identificada), que fala sobre a movimentação no porto de Paranaguá;

3 - *Representação da Câmara pedindo permanencia de padres e permissão para fundarem um colégio*, datada de 17 de março de 1722, e que tinha por objetivo pedir ao rei o prosseguimento das obras já iniciadas do prédio onde seria instalado o colégio, e que havia sido embargada pelo Ouvidor Rafael Pires Pardiniho;

4 - *Off. da Câmara pedindo p^a. que se não retirasse gente da vila, por ser "porto aberto" e sem fortificação alguma* (data não identificada);

5 - *Sobre ordenado do escrivão, de 10 \$ p^a. 16 \$ anuais* (data não identificada);

6 - *Representação da Câmara contra os Jesuítas que estavam se apossando de 100 braças de terras no lugar "Ribanceira"*, datada de 27 de janeiro de 1743 e escrita ao General Dom Luis Mascarencos onde eram feitas acusações aos padres jesuítas n que diz respeito à invasão de terras além daquelas delimitadas e doadas à Companhia de Jesus para a construção do colégio. Essa representação sobre a posse ilegal de terras não é citada em nenhuma das referências consultadas, nem mesmo por Serafim Leite;

7 - *Abertura da estrada p^a. Morretes – Oposição do Capitão-Mor*;

8 - *Obrigando aos navios tocarem em Santos* – O objetivo maior desse documento era garantir que não entrassem navios de outros países sem o conhecimento da Coroa portuguesa;

As datas-limite dessa caixa são 1721 e 1803, período que se adequava ao objeto em questão.⁴ Toda essa documentação descrita contribui diretamente e indiretamente para a compreensão não somente da presença dos padres em Paranaguá e do estabelecimento do colégio, mas, principalmente, a participação dos jesuítas na vida social daquela vila.

No entanto, ainda faltavam três importantes arquivos: Arquivo Nacional (AN), Biblioteca Nacional (BN) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), situados no Rio de Janeiro. Após pesquisa na base de dados virtual dos respectivos arquivos, foi encontrado um importante *Fundo*, intitulado *Ouvidoria-Geral da Comarca de Paranaguá*, no Arquivo Nacional. Apesar das datas-limite (1772 e 1815) extrapolarem o recorte definido inicialmente, poderia fornecer indícios de outros documentos. O pedido foi feito à coordenação de atendimento à distância, no entanto não puderam ser acessados a tempo, impossibilitando sua inclusão no presente estudo. A única máquina para leitura e impressão dos microfimes do AN estava quebrada no momento do contato (maio de 2006). Ainda assim, foram feitos o orçamento e solicitada a reprodução do material.

O passo seguinte foi a consulta das revistas do IHGB, disponíveis desde sua primeira edição no ano de 1838 até 2003 na Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá (BCE - UEM). Um dos números encontrados traz uma descrição de viagem intitulada *Jornaes das viagens pela Capitania de São Paulo, por Martim Afonso Ribeiro de Andrada*, principalmente a parte intitulada *Jornal de viagem por diferentes villas desde Sorocaba até Coritiba, principiada a 27 de novembro de 1802* (REVISTA DO IHGB, 1882, p. 30-45), que comenta sobre missões jesuíticas em Curitiba, que eram parte da atuação dos padres que estavam na vila de Paranaguá. Esse texto esclarece a ampla atuação dos jesuítas a partir de seu estabelecimento em Paranaguá.

Passando para os arquivos internacionais, foram consultados o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IANTT) e o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), ambos de Lisboa. O primeiro também em base de dados virtual e o segundo com um catálogo detalhado organizado em 2002 sobre os documentos referentes à capitania de São Paulo (ARRUDA, 2002). Foi identificado dentre os fundos e coleções um que poderia vir a ter documentos relacionados indiretamente à Paranaguá e ao colégio.

⁴ Índice da caixa 00238, pasta 04, maço 12 (ANEXO A).

No entanto, como não havia a direção exata dos documentos, apenas pistas, e o fundo é composto de milhares de papéis do século XVI ao XVIII, não foi possível utilizá-lo neste estudo. Seria necessária uma visita e uma pesquisa detalhada no Arquivo a fim de identificar cada um dos documentos que o compõem e assim proceder a uma acurada classificação e seleção.

Obra de referência importante para continuar o levantamento foram os dois primeiros volumes do catálogo *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo* (ARRUDA, 2002), onde há referência aos documentos que podem ser encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, localizado na Calçada da Boa Hora em Lisboa. No primeiro volume, encontram-se relacionados 1.383 referências documentais do período compreendido entre os anos de 1644 e 1830. No segundo, foram disponibilizadas as referências de 5.113 verbetes relacionados ao período que se estende do ano de 1618 ao ano de 1823. O terceiro volume ainda não publicado contaria com os índices gerais onomásticos e toponímicos dos dois primeiros volumes. A previsão de sua publicação era para o ano de 2004, mas até o presente momento não foi lançado.

Do levantamento feito no primeiro volume foram encontrados 15 verbetes (1658-1756) relacionados diretamente a Paranaguá, que fazem menção principalmente a aspectos administrativos (requerimentos e ofícios). No índice por assunto, no que se refere aos padres da Companhia de Jesus são listados 5 documentos, mas sem alusão específica a Paranaguá.⁵ Dizem respeito, sobretudo, ao confisco dos bens dos padres da Companhia de Jesus após sua expulsão do Brasil devido à política pombalina.

No segundo volume foram encontrados mais verbetes relacionados a Paranaguá, que totalizam 122. Assim como no primeiro volume, a maioria diz respeito a questões burocrático-administrativas e econômicas, com uma novidade: uma *Representação* da Câmara de Paranaguá do ano de 1722 pedindo permissão ao rei para a fundação de um colégio jesuítico na Vila e uma *Consulta* do Conselho

⁵ O período foi definido em concordância com o recorte proposto por esse estudo. O índice conta com assuntos onde poderiam estar relacionados documentos referentes à atuação jesuítica na capitania e província de São Paulo. São eles: Comarcas (Paranaguá) p. 272, Educação p. 273, Ensino p. 273, Festas e procissões p. 274, Fundação de Vilas e cidades p. 274, Índios (Aculturação, Aprisionamento e Catequização) p. 274, Missionários p. 275, Professores p. 276, Religiosos p. 276, Vilas (Fundação e Situação) p. 277. No entanto, foram consultados e o resultado não foi satisfatório em relação ao tema proposto.

Ultramarino no ano de 1738 sobre a *Representação* enviada em 1722.⁶ No entanto, os documentos do trâmite para o estabelecimento do colégio de Paranaguá encontram-se, alguns na íntegra, e outros fragmentos, na obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite. Esses documentos fazem também parte do *Projeto Memória*, dos quais tivemos acesso a alguns deles digitalizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo.⁷

A obra *História da Companhia de Jesus no Brasil* permeará centralmente as discussões deste estudo, especialmente o sexto volume. Referência para os estudos sobre a atuação dos padres jesuítas no Brasil reunida em dez volumes, a obra traz consigo não somente dados factuais e descrições, mas importantes referências documentais e por vezes cópias de documentos na íntegra. Foi utilizado neste trabalho a edição mais recente, na qual os dez volumes foram reunidos em quatro tomos.

No sexto volume o autor relata especialmente a fundação dos colégios jesuítas por todo o Brasil no período colonial, dedicando uma importante parte ao colégio de Paranaguá. Os dois documentos transcritos por Serafim Leite e que serão utilizados nesta pesquisa são: uma carta enviada pela Câmara de Paranaguá após uma missão jesuítica em 1682 ao Padre Geral da Companhia de Jesus em Roma, agradecendo a missão e aproveitando para pedir que os padres fixassem residência, ou ao menos mantivessem uma missão anual à Vila, e o outro diz respeito a uma carta – e a resposta – enviada no ano de 1722 ao Padre Provincial do Brasil, Manuel Dias, para que ele a encaminhasse ao rei a fim de obter a licença para a fundação oficial do colégio na vila.

O autor traz também uma relação das doações e benefícios feitos pelos moradores de Paranaguá, de autoria do Ouvidor da Comarca de Paranaguá Rafael

⁶ No glossário do catálogo se encontram as definições para *Representação* e *Consulta*. Segundo o glossário, *Representação* é um “documento diplomático informativo ascendente” que se trata de uma “correspondência assinada coletivamente, por grupo de pessoas ou por órgãos colegiados, apresentada a qualquer autoridade, apresentando queixa, pedido, exposição, reclamação ou solicitação” (ARRUDA, 2002, p. 802). Já *Consulta*, diz respeito a um “documento não diplomático informativo opinativo, enunciativo, ascendente”. É um documento assinado pelo Conselho Ultramarino em uma situação de aconselhamento ao rei. Por ser um documento complexo, do qual o destinatário é sempre o rei, é composto de pareceres, decretos, avisos, portarias, e informa ao rei o processo burocrático ou circuito do documento. (ARRUDA, 2002, p. 797).

⁷ Tais documentos serão analisados no terceiro capítulo, no entanto, não foi possível a utilização de alguns deles por ser impossível identificar seu conteúdo pelo péssimo estado de conservação, o que impossibilitou a já difícil leitura de grande parte desses documentos.

Pires Pardini, importante para a análise do estabelecimento do colégio. Por fim, relacionou cronologicamente todos os padres Superiores de Paranaguá, desde 1708 até a expulsão dos jesuítas (SERAFIM LEITE, 2004, v. 06, p. 573-578).

Outro relato de viagem que será utilizado é *Viagem à Comarca de Curitiba (1820)*, de Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). Especialmente os capítulos VII - que descreve a descida da Serra de Paranaguá, onde o autor faz importante referência a uma fazenda que havia pertencido aos padres jesuítas - e o capítulo VIII, intitulado *A cidade de Paranaguá*, que traz um histórico da cidade e faz menção direta ao colégio jesuítico (SAINT-HILAIRE, 1964).

Por fim, serão utilizados dois textos escritos com o intuito de incentivar o tombamento do prédio, onde antes fôra o colégio jesuítico, como patrimônio histórico e artístico nacional. O primeiro, escrito em 1940 por David Antonio da Silva Carneiro (1904-1990). Trata-se de um artigo publicado no quarto número da revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), digitalizada e disponível no *site* do IPHAN.⁸ O segundo, também parte dessa preocupação em restaurar e preservar o prédio, é o texto de Cecília Maria Westphalen, intitulado *Alfaias e Jóias do Antigo Colégio dos Jesuítas em Paranaguá*, que faz um inventário dos bens do colégio de Paranaguá.⁹ Apesar de descritivo e de tratar especificamente da distribuição dos bens dos padres jesuítas após sua expulsão, o artigo traz importante contribuição a este estudo. Periféricamente, a obra traz informações sobre o trâmite burocrático da fundação do colégio.

A partir desse levantamento e seleção de fontes espera-se a explicitação dos motivos que levaram os moradores da vila de Paranaguá, representados pela Câmara Municipal da Vila, a pedirem insistentemente a presença oficial da Companhia de Jesus na Vila. Após o estabelecimento dos padres, com a fixação de residência no ano de 1708, novas solicitações foram realizadas para que fosse fundado um colégio. O primeiro pedido data no século XVII, no ano de 1682, e foi atendido somente no século XVIII. O desejo da fundação de um colégio data do século XVIII. Trata-se de dois momentos diferentes da História do Brasil e especialmente da atuação no campo educacional da Companhia de Jesus.

⁸ <http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio/Revista%20do%20patrimonio-2.htm>. Consulta realizada em 13/07/2006.

⁹ Trata-se do artigo publicado no ano de 1962 no primeiro número da Revista *Boletim da Universidade do Paraná – História Moderna e Contemporânea*, p. 1-21.

Pretende-se, ainda, analisar a ausência do colégio jesuítico de Paranaguá em obras especializadas sobre História da Educação, História do Brasil e História do Paraná.

Antes de analisar e discutir as fontes levantadas, objetivo primeiro desta pesquisa, alguns conceitos serão definidos e algumas considerações teóricas serão feitas. O propósito é dar suporte às discussões aqui realizadas.

2.2 O sentido do passado e o tratamento às fontes

Fonte, segundo a definição do dicionário eletrônico Houaiss é, no seu sentido filológico, “texto ou documento original”. Uma fonte histórica, segundo a definição de Bauer, é “todo lo que nos proporciona el material para la reconstrucción de la vida histórica” (BAUER, 1957, p. 218). As fontes podem ainda ser primárias ou secundárias. Segundo definiu a professora Antonietta d’Aguiar Nunes:

As fontes podem ainda ser classificadas em **primárias**, ou originais, quando se acessa por primeira vez uma determinada informação ou quando se recorre a documentos originais e autênticos; e **secundárias**, ou de segunda mão, a que se tem acesso através de outra obra, autor ou pessoa, como quando se faz a revisão de literatura sobre o assunto que se quer estudar e se apreende várias informações que até então se desconhecia ou que são pouco divulgadas e conhecidas, mas que são corretas pelo procedimento científico do autor que as revelou. Em geral os documentos custodiados em arquivos ou nas seções de manuscritos das bibliotecas, são considerados fontes primárias, mas os que já estão publicados, ou que são transcritos em obras de algum outro autor, escritor ou historiador, são considerados fontes secundárias. Pode-se, então, concluir que **Fontes Documentais** são todo tipo de material documental que forneça informações para o estudo ou investigação que se faz (NUNES, 2005, p. 5-6).

Toda essa documentação, esses “papéis” como chamou Nunes, está (ou deveria estar) reunida em Arquivos. O conjunto de documentos sob custódia de um arquivo, de uma biblioteca ou de qualquer outra entidade, forma o Acervo Documental (ALVES *et alii*, 1993, p.3).

Ao utilizarmos essa documentação buscamos discutir o sentido do passado neles contidos, nem sempre óbvio e nem sempre apresentado de forma direta. A partir dessa busca, que na verdade é um desafio epistemológico e metodológico, é necessário ainda, nesta parte inicial, uma discussão acerca do tratamento ao passado e aos documentos em pesquisas históricas.¹⁰

A reconstrução do passado exige o recurso a todas as fontes possíveis. Isto não significa, evidentemente, que do arrolamento das fontes surja, *ipso facto*, a História. A reconstrução obedece a uma hipótese a ser testada (...) (DE PAIVA, 2006, p. 15).

Tal definição é fundamental uma vez que se trata de uma pesquisa na área de História da Educação, ou seja, é necessário conhecermos o sentido do passado para entendermos sobre quais fundamentos está alicerçada a Educação, tanto como prática quanto como uma área do conhecimento. Além disso, é imprescindível ainda, discutir os conceitos de fontes, Educação e História da Educação, bem como discutir a importância de estudos sobre a História da Educação brasileira, e, como parte dela, a ação dos padres jesuítas no Brasil colonial. Partindo dessas discussões, espera-se explicitar os princípios norteadores desta pesquisa.

2.3 Seleção e análise das fontes documentais: um recorte espacial e temporal

¹⁰ O tratamento às fontes documentais para estudos históricos é um assunto da Modernidade. Um dos primeiros historiadores a utilizar o documento histórico como fonte de pesquisa foi Lorenzo Valla (1406/7-1457), importante humanista italiano que contestou um documento relevante, e que teve validade durante quase toda a Idade Média, a chamada *Doação de Constantino*. A partir de uma análise minuciosa, que ia além do texto propriamente dito, Valla constatou que o documento que legitimava o poder temporal do papa, que teoricamente havia sido entregue a ele pelo imperador Constantino no século IV, era falso. Ele percebeu, entre outros aspectos, que o latim utilizado no documento não condizia com a época na qual o mesmo teria sido escrito, pois havia expressões que pertenciam a meados da Idade Média. Além disso, detectou que nenhuma autoridade do reinado de Constantino, nem mesmo da Igreja, havia assinado tal documento. A partir dessa análise de Valla estava inaugurada a pesquisa histórica com fontes nos Tempos Modernos. Ver mais sobre esse assunto em BLUM, 2003, p. 49-59. Ver também o artigo (ainda inédito) ARNAUT DE TOLEDO; GIMENEZ, 2007.

Os homens possuem a consciência do passado, no entanto “o problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações” (HOBSBAWM, 1997, p. 22). Ao estudar o passado o historiador encontra inúmeras dificuldades, e uma delas pode ser em relação às fontes a serem consultadas. Muitas vezes, dependendo do período a ser estudado, há uma escassez de fontes, sejam elas primárias ou secundárias. Na presente pesquisa a escassez de fontes é referente somente ao colégio de Paranaguá em específico, fator que foi decisivo também na escolha do tema, e que também constitui um problema de pesquisa. As poucas fontes identificadas são muito antigas, e, pela importância da vila de Paranaguá no cenário colonial nos séculos XVII e XVIII. Nesse contexto, a atuação dos padres inacianos, é necessário revisitar esses breves e escassos estudos.

Já para o estudo da atuação dos padres jesuítas no Brasil-Colônia, e mesmo a origem dos colégios no Brasil e no mundo, não houve tal problema, uma vez que os padres jesuítas deixaram inúmeras cartas, relatórios, sermões, peças de teatro, entre outras importantes fontes de estudo.¹¹ Fazia parte da rígida organização interna da Companhia de Jesus documentar e informar aos superiores todos os passos dados, sobretudo nas colônias, tanto relacionados à catequese do gentio quanto à instrução dos colonos.¹² No entanto, tal diversidade e amplitude de fontes gera um novo desafio: a seleção do material. O levantamento de fontes e seleção de material para este estudo foram guiados pelo recorte feito, tanto temporal quanto espacial, mas um recorte temporário. Portanto, foram priorizados documentos que datam do período da presença dos padres jesuítas na vila de Paranaguá até a expulsão dos jesuítas do Brasil-Colônia, período esse compreendido entre os anos de 1708 e 1759. Esse recorte é momentâneo, conforme foi afirmado, e não pretende perder de vista o todo:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e representação (MARX, 1999, p. 39-40).

¹¹ Alguns estudos sobre o teatro jesuítico: RUCKSTADTER, 2005. ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2006.

¹² Ver mais sobre a correspondência jesuítica em ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2003.

Analisar as relações materiais de um determinado objeto é discutir sobre uma síntese de múltiplas determinações, que está inserida em um processo e que pressupõe tempo e espaço definidos. O colégio de Paranaguá é uma síntese da sociedade colonial do século XVIII como um todo: aspectos políticos, econômicos e sociais. A partir da síntese dessas relações é possível conhecer o colégio, mas a partir do colégio também é possível identificá-las. Segundo José Maria de Paiva (2006, p. 106):

(...) todos os membros de uma sociedade compartilham de interesses fundamentais, interesses que dizem respeito à possibilidade do viver concretamente dado, isto é, do seu viver. O com-viver significa, com efeito, partilha: partilha-se o viver, e esse viver é partilhado através do que chamamos de *relações*. Este termo se esvaziou de conteúdo histórico, concreto, real, passando a significar uma noção abstrata, nominalista, instrumental. Na análise de qualquer grupo humano precisamos descrever *densamente* as relações, não para lhes dar nome mas para lhes perceber o conteúdo. As relações não são algo que acontece às pessoas, como que “de passagem”: as pessoas permanecendo as mesmas, quase que imóveis e fixas, entrando e saindo delas.

A proposta é inserir o colégio de Paranaguá, com nossos objetivos gerais e específicos, em um prisma de significações mais amplo, a sociedade colonial brasileira e suas relações econômicas, sociais e culturais. Considerou-se ainda a sociedade colonial brasileira como parte da sociedade portuguesa. No entanto, tal recorte não provocou um engessamento na busca e seleção das fontes, e foram consultados também materiais que datam de imediatamente antes e depois do período assinalado. Mesmo porque um dos intuitos é analisar a ausência detectada previamente do colégio jesuítico de Paranaguá em obras que datam imediatamente do período posterior à presença jesuítica.

A análise documental deve sempre relacionar documento e contexto. Os documentos devem ser relacionados à produção material dos homens e sua vida em sociedade. Para entender o documento sob tal perspectiva, deve-se inserir o objeto de estudo em seu contexto, e não privilegiar o singular em detrimento do universal, tampouco fazer generalizações, mas sim em estabelecer uma relação dialética. Ler um documento sob um ponto de vista histórico é reconhecê-lo como parte de um

contexto maior, uma vez que sempre há um discurso presente no documento (CARDOSO, 1997, p. 377). Deve-se, portanto, entender o momento no qual o documento foi produzido e quem o produziu. Ou seja, é necessário entender qual história está sendo contada, qual discurso está contido no documento, de qual relação social o documento cuida.

A perspectiva adotada neste trabalho define que o tratamento aos documentos deve ter uma preocupação hermenêutica, e devem ser analisados sem a pretensão de encontrar nele informações diretas. Eles não serão utilizados neste estudo como mera ilustração, ou como portadores da verdade. A partir dessas considerações, ficam estabelecidas as categorias de análise utilizadas para fazer tal relação objeto/fontes, que direcionam esta análise.

Uma pesquisa que siga tais pressupostos considera que a Educação acontece a partir das relações sociais existentes, concretas, e não baseadas em conceitos abstratos ou somente em instituições de ensino. A História da Educação enquanto fundamento das práticas e teorias atuais, deve ser pensada e inserida em relações sociais mais complexas e profundas e que não dizem respeito somente às instituições escolares. Considerar o todo, e não apenas a parte, é acreditar que a educação acontece em todas as esferas da vida dos indivíduos, como por exemplo, na família, no trabalho, na igreja, e também, mas não somente, nas escolas.

Ainda que se faça um estudo sobre determinada escola, como é o caso deste trabalho em específico, é necessário inserí-la no contexto social na qual ela foi produzida e que reproduzia determinadas relações presentes naquela sociedade. Aqui se trata de relacionar o colégio jesuítico fundado na vila de Paranaguá com uma atuação muito mais ampla dos padres jesuítas na região, bem como com as relações sociais na colonização brasileira. Quando se fala em atuação dos padres jesuítas, são consideradas todas as atividades desenvolvidas por eles, tais como a catequização e os sacramentos (principalmente o batismo) destinados sobretudo aos índios, e não somente as atividades ligadas ao colégio.

Para melhor precisão dos termos utilizados, e da direção desta pesquisa, a seguir serão definidos e debatidos conceitos fundamentais. São eles Educação, História da Educação e História da Educação no Brasil. Mais que definir conceitos, o intuito é atualizar o debate sobre esses termos.

2.4 Educação, História da Educação e História da Educação no Brasil

Atualmente é grande a produção acadêmica na área de Educação. No entanto, a maioria trata educação como sinônimo de escola. Basta olhar os cadernos de trabalho de eventos nacionais como, por exemplo, os textos apresentados como comunicações nas Jornadas do Histedbr - grupo de pesquisa sobre História, Sociedade e Educação no Brasil – que tal afirmação poderá ser comprovada. Há uma presença marcante de um imediatismo, uma preocupação com estudos cujo enfoque é o tempo presente e a solução de problemas imediatos.

Não é incomum encontrar tal perspectiva, onde a educação é tida tão somente como a educação formal e mais especificamente como a educação escolar:

Educação, de um ponto de vista muito mais amplo, deve ser estendida às diversas esferas da vida social. Várias são as instituições responsáveis pela educação. Podemos destacar entre elas: a família, a igreja, o convívio social, o ambiente de trabalho, entre tantas outras. Aqui, então, podemos fazer uma diferenciação entre educação, em seu sentido mais amplo, e educação escolar, somente uma dentre tantas outras esferas onde se dá o aprendizado (...) A educação está inserida na sociedade. Conforme a sociedade se organiza, organizam-se as instituições sociais. Os processos educacionais se dão, quer no convívio de uma determinada sociedade, quer em instituições responsáveis para tal fim específico. (RUCKSTADTER, 2005, p. 16)

Por conseguinte, todas as vezes que este texto se referir à educação, deve ser entendido sob tal perspectiva.

A História da Educação é uma área do conhecimento que une duas outras áreas. A ciência da História, que nos permite entender as relações sociais definidas temporalmente por meio da produção material da humanidade e a Educação, que nos possibilita entender a realidade pedagógica em determinada época histórica:

Ao historiador da educação pede-se que junte os dois termos desta equação. Não há História da Educação sem a mobilização rigorosa dos instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica. Mas também não há História da Educação sem um pensamento e um olhar específicos sobre a realidade educativa e pedagógica. (NÓVOA, 2004, p. 09)

Trata-se de estudar a educação sob uma perspectiva histórica, ou seja, é um estudo onde a educação é o foco central e o método utilizado é a história. Estudos nessa área tornam possíveis uma maior compreensão das práticas pedagógicas atuais, e também uma reflexão sobre as mesmas (STEPHANOU; BASTOS, 2004, p.15).

A História da Educação nasceu como campo do conhecimento a princípio como o interesse do educador em entender a história do seu fazer. No Brasil, desde a década de 1980 havia nos principais grupos de pesquisa da área de Educação, grupos de trabalho sobre História da Educação, por exemplo, o grupo de trabalho pertencente à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), que o fez no ano de 1984 (NUNES, 2005, p. 01).

Já entre os historiadores o reconhecimento dessa área do conhecimento tardou. Na década de 1990, a partir das discussões acerca das novas áreas do conhecimento histórico, foi lançado um livro intitulado *Domínios da História*, coletânea de textos sobre essas novas abordagens no campo da história. Organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, o livro traz diversas áreas como novos campos do conhecimento em História, entre eles a História das Religiões e a História das Mulheres. No entanto, não menciona a História da Educação no momento em que o debate sobre as novas áreas do saber em História estava no auge. É recente, segundo Antonieta d'Aguiar Nunes (2005), o reconhecimento da História da Educação como ramo do saber em História. Quando se diz “atual”, isso se refere aos anos 2000, e o exemplo utilizado é o do Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História (ANPUH) acontecido em 2005 na cidade de Londrina, Paraná. Segundo a autora, houve nesse ano pela primeira vez em um congresso nacional de História simpósios temáticos em História da Educação de maneira expressiva.¹³

¹³ Os dois Simpósios realizados especificamente relacionados com a História da Educação foram História e Historiografia da Educação no Brasil: Desafios e Perspectivas de Pesquisa, coordenado por Thaís Nívia de Lima e Fonseca; e A Educação e a formação da sociedade brasileira, coordenado por

A partir da fundação da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) na reunião da ANPED no ano de 1999, sociedade que desde 2000 faz congressos bianuais (CBHE), e com um número de pesquisadores em História da Educação cada vez maior ano a ano (NUNES, 2005, p. 02), os estudos e o campo teórico da História da Educação, especialmente a brasileira, ganhou contornos mais nítidos.

Quando se refere à periodização dos estudos em História da Educação em relação ao tema, ou seja, à atuação dos padres jesuítas, tem-se duas importantes referências que se distinguem.¹⁴ São elas a periodização feita por Laerte Ramos de Carvalho em 1971 em texto apresentado no Primeiro Seminário de Estudos Brasileiros, e cujo tema era uma *Introdução ao estudo da História da Educação brasileira*, promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP, e a periodização proposta em 1978 por Maria Luiza dos Santos Ribeiro.

Na primeira, considerou-se que a educação no Brasil se dividiu em seus dois primeiros períodos em:

1º Presença dos padres jesuítas no Brasil-Colônia (1549-1759);

2º Período que vai da expulsão dos jesuítas (1759) até a proclamação da República em 1889 – secularização do ensino;

Nessa perspectiva a atuação dos padres jesuítas é considerada como a forma hegemônica de se ensinar por mais de dois séculos, somente rompida com sua expulsão, mas que deixou marcas mesmo após a saída dos padres da colônia.

A segunda perspectiva da análise desconsidera tal hegemonia, e é assim dividida em suas duas primeiras etapas:

Os instantes de relativa estabilidade dos diferentes modelos, político, econômico, social, dos instantes de crise mais intensa e que causaram as substituições dos modelos referidos. 1º período: 1549 a 1808 (consolidação do modelo agrário-exportador dependente); 2º período:

Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho. Mas além desses dois, os outros cinco envolviam indiretamente o tema Ensino de História.

¹⁴ Segundo Saviani a periodização “a par de ser uma exigência inerente à investigação histórica, é um dos problemas mais complexos e controversos da historiografia, já que não se trata de um dado empírico, mas d um questão teórica que o historiador enfrenta ao organizar os dados que lhe permitem explicar o fenômeno investigado” (2005, p. 07).

1808 a 1850 (Crise do modelo anterior e início da estruturação do modelo seguinte); (RIBEIRO,1978, p.19).

Essa periodização está em consonância com o modelo político, econômico e social do Brasil-Colônia, e não com a prática educacional, quer institucionalizada ou não. Ou seja, pretende ser uma periodização sobre a trajetória da História da Educação no Brasil, mas não foge ao modelo tradicional de periodização da História do Brasil.

Outro fator predominante nas periodizações na história da educação brasileira é o parâmetro político. Dessa forma, as abordagens ficavam divididas em período Colonial, Império e República. Segundo Saviani (2005, p. 07), pode-se tomar como exemplo dessa abordagem as periodizações feitas por José Ricardo Pires de Almeida, no pioneiro livro sobre a educação brasileira intitulado *História da Instrução pública no Brasil (1500-1889)*, publicado em francês no ano de 1889, bem como a feita por Fernando de Azevedo na obra *A cultura brasileira*, em 1943 (SAVIANI, 2005, p. 07). Em ambas as obras acontece algo semelhante: o ensino no Brasil-Colônia é abordado somente na introdução, e todas as outras páginas dos livros são dedicadas ao ensino pós-independência.

Foi a partir da crítica a esses modelos, que consideravam o político, que nasceram as periodizações com abordagens pautadas pelo aspecto econômico, e das quais fazem parte as feitas por Maria Luiza dos Santos Ribeiro e Otaíza Romanelli. Segundo Dermeval Saviani (2005, p. 08), a periodização feita baseada no aspecto econômico trabalha conceitos como *educação para o desenvolvimento*. A educação aparece nessa perspectiva, portanto, como condição primordial para o desenvolvimento do país.

Saviani propõe que a periodização da história da educação brasileira deve seguir um critério interno. Por esse parâmetro o primeiro período a ser considerado seria o período jesuítico, que se estende desde o ano de chegada dos padres na colônia (1549), até a sua expulsão pelo Marquês de Pombal (1759):

Chegando à colônia brasileira, os primeiros jesuítas cumpriam mandato do Rei de Portugal, D. João III, que formulara, nos "Regimentos", aquilo que poderia ser considerado nossa primeira política educacional. O ensino jesuíta então implantado, já que contava com incentivo e subsídio da

Coroa portuguesa, constitui a nossa versão da “educação pública religiosa” (SAVIANI, 2005, p. 08-09).

No caso deste estudo especificamente, procurou-se fazer uma revisão e uma atualização dos textos sobre a presença dos padres jesuítas na vila de Paranaguá, bem como a partir de fontes primárias, já elencadas, investigar e preencher lacunas sobre essa significativa atuação da Companhia de Jesus no Sul do Brasil, em uma importante região da colônia no século XVII e XVIII, sobretudo devido às minas de ouro e do porto, mas também por ser o mais destacado centro político da região mais ao sul do Brasil-Colônia.

O período da presença jesuítica no Brasil, que vai de 1549 a 1759, portanto, mais de dois séculos de hegemonia, ainda é pouco estudado, a não ser no interior de grupos de pesquisas específicos, dos quais se pode destacar o DEHSCUBRA (Diretório de Pesquisa Educação, História e Cultura Brasileira: 1549-1759), criado em 2000 e liderado por José Maria de Paiva. Fazem parte do grupo pesquisadores da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e também da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). No entanto, em congressos na área de Educação, os estudos sobre o período colonial como um todo, são poucos. O colégio jesuítico de Paranaguá, por estar inserido no contexto da ampla ação missionária jesuítica, também aparece com pouca frequência na literatura especializada, fator que direcionou este trabalho.

Antes de proceder à análise das fontes documentais, será apresentado o contexto da fundação da Companhia de Jesus bem como da atuação dos padres jesuítas no Brasil-Colônia. A predominância do ensino jesuítico no período colonial torna importante conhecer tanto a história da fundação da Ordem quanto a atuação dos padres inacianos em terras brasileiras. Também serão enfocadas discussões sobre as casas de primeiras letras, ou casas de be-á-bá, e os colégios jesuíticos, estabelecendo diferenças entre essas duas instituições do período colonial.

3. A ATUAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS: DA SUA FUNDAÇÃO À VINDA AO BRASIL

Analisar a fundação da Companhia de Jesus somente é possível se antes conhecermos o momento no qual a Ordem nasceu. As grandes navegações, o desenvolvimento das ciências, a efervescência cultural do chamado Renascimento Italiano, todos são parte daquilo que se convencionou chamar de Início dos Tempos Modernos.

A Modernidade foi marcada, entre outros fatores, pelo racionalismo, pela crença na ciência e pela utilização do método científico.¹⁵ Tais características se opunham à crença do período anterior, sobretudo ao modo religioso de ver o mundo no campo do conhecimento, reforçado pela escolástica. No entanto, no início dos Tempos Modernos, tais características se confundiam por ser um período transitório.

Com a expansão ultramarina houve um “arredondamento” do mundo: mitos e monstros criados e alimentados na imaginação dos europeus por séculos caíam por terra junto com outras certezas. Muitas eram as novidades, sobretudo a partir das novas rotas que fortaleciam o comércio e colocava em contato diferentes culturas.

A chegada dos europeus à América completou o processo iniciado pelos portugueses no século XV ao contornarem a costa africana e encontrarem uma nova rota comercial para o oriente. Os navegadores que voltavam das viagens – muitos deles morriam ainda na viagem de ida - traziam em suas bagagens não somente produtos como as especiarias, por exemplo, mas também novos hábitos e novos costumes.

Foi nesse momento transitório, portanto complexo, que o nobre cavaleiro espanhol Iñigo de Loyola (1491-1556) se converteu e decidiu ser um cavaleiro a serviço de Deus. Tal decisão aconteceu após um ferimento na perna, o que o deixou

¹⁵ Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650) foram importantes pensadores no momento do rompimento do paradigma medieval e da instituição do paradigma científico. Ver as obras BACON, (1999); DESCARTES (1999).

convalescente. Sua conversão teria acontecido após a leitura de uma *Vita Christi* e uma *Vida de Santos*, comumente escritas na Idade Média:

6. Lendo-os muitas vezes, algum tanto ia-se afeiçoando ao que ali estava escrito. Mas, deixando-os de ler, algumas vezes parava a pensar no que havia lido. Outras vezes em assuntos do mundo, em que antes costumava pensar (...)

7. Contudo Nosso Senhor o socorria, fazendo suceder a estes pensamentos outros que nasciam de suas leituras. (INÁCIO DE LOYOLA, 1997, 22-23).

Estava plantada a semente que levou Iníquo de Loyola, a se tornar Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus e posteriormente, santo da Igreja Católica.¹⁶

A Companhia de Jesus, desde a sua fundação foi uma Ordem religiosa polêmica. Recrutou simpatizantes na mesma proporção em que conquistou repulsa, inclusive dentro da própria igreja católica. Chegou a ser perseguida pelo tribunal da Santa Inquisição:

Em 08 de janeiro de 1537, chegaram (os primeiros companheiros) a Veneza, onde Inácio já esperava por eles há pouco mais de um ano. Ele havia passado seu tempo lá estudando teologia privadamente, enfrentando um outro desencontro com a Inquisição e uma primeira desavença fatal com o Cardeal Giampietro Carafa (o futuro Papa Paulo IV) (...) (O'MALLEY, 2004, p. 58)

O sentimento antijesuítico teve início nos primeiros anos da Companhia de Jesus, ainda com Inácio de Loyola vivo.¹⁷ A chamada *Monita Secreta* (Instrução Secreta), escrita pelo polonês Hieronim Zahorowski, é um exemplo da literatura antijesuítica. Escrita no século XVII, em 1614, ajudou a construir a imagem dos padres jesuítas como interesseiros, amorais, laxistas, e professores da amoralidade: “os jesuítas tinham inimigos de sobra dispostos a retratá-los como assassinos de reis, envenenadores ou praticantes de magia negra” (WRIGHT, 2006, p. 17).

¹⁶ Ver mais sobre em: SGARBOSSA; GIOVANNI (1983).

¹⁷ “Sob a expressão antijesuitismo designamos os sentimentos, conceitos e escritos abertamente contrários à Companhia de Jesus, seus membros, sua teologia, sua eclesiologia, sua política, sua moral e sua pedagogia. O sentimento antijesuítico começou a se formar ainda com Inácio de Loyola (1491-1556) vivo. Os primeiros a expressarem tais sentimentos antijesuíticos foram os pregadores protestantes alemães na década de 60 do século XVI” (ARNAUT DE TOLEDO, RUCKSTADTER, RUCKSTADTER, 2006).

Em contrapartida, foi grande o esforço da Companhia de Jesus em produzir seus próprios santos; construíram mitos para superar as críticas. Grande exemplo foi o enaltecimento do primeiro missionário jesuíta, também um dos fundadores da Companhia, Francisco Xavier (1506-1552). Após sua morte em 1552, as partes de seu corpo se espalharam pela Europa tomadas como relíquias. Tais esforços não foram em vão, pois no ano de 1622 a Companhia de Jesus tinha canonizado seu primeiro santo: São Francisco Xavier (WRIGHT, 2006, p. 11-21).

Análises apaixonadas ou verdadeiros tratados antijesuíticos: essa é a realidade historiográfica com a qual se depara quando se decide iniciar um estudo sobre uma Ordem religiosa que “foi muito importante, não apenas por testemunhar, mas por moldar a história de cinco séculos e cinco continentes” (WRIGHT, 2006, p. 19). E o moldar pode ser entendido se for entendida a sua ampla atuação, das missões aos colégios, da confissão de príncipes à participação ativa nas decisões políticas.

A partir dessas considerações iniciais, será dada seqüência à História da fundação da Companhia de Jesus, bem como sua organização e atuação na Europa e no Brasil-Colônia. Com o propósito de analisar mais detidamente o momento da fundação, o contexto no qual atuaram os primeiros companheiros e o fervor missionário dos padres inacianos que levou os jesuítas a atuarem nos quatro cantos do mundo, e em diversas esferas da sociedade além do âmbito religioso.

3.1 Fundação e organização da Companhia de Jesus

Pode-se afirmar que a Companhia de Jesus foi uma Ordem que já nasceu moderna por ter sido fundada em meio à transição do mundo medieval para o mundo moderno. Fundada por Inácio de Loyola e por um grupo de companheiros que ele encontrou em Paris no ano de 1536, cidade para onde se dirigiu após sua conversão para completar seus estudos, recebeu aprovação em 1540 pelo papa Paulo III pela bula *Regimini Militantis Ecclesiae* (GARCÍA-VILLOSLADA, 1997).

Nasceu moderna uma vez que era diferente de todas as outras ordens religiosas católicas medievais, por exemplo, com um voto a mais que as mesmas. Esse voto era o quarto voto, de obediência irrestrita ao papa, e se tornou

fundamental no contexto da descoberta do Novo Mundo e também da chamada Contra-Reforma Católica. Pode-se afirmar que esse voto foi fundamental no momento da cisão da unidade cristã ocidental com a Reforma Protestante.¹⁸

Apesar de ter sido importante instrumento da Igreja na Contra-Reforma após o rompimento, sobretudo de Martinho Lutero (1483-1546) com a igreja de Roma, a Companhia de Jesus não pode ser entendida como simples reação da Igreja Católica para tal rompimento. No entanto:

Apesar de não ter sido criada como um antídoto católico a Lutero, logo surgiria como paladina da Contra-reforma, perseguindo hereges e encorajando fiéis. Em suas arenas missionárias, espalhadas nas Américas (do Canadá ao Brasil), na África e na Ásia (do Congo às Filipinas), a Companhia desenvolveria estratégias inventivas para salvar almas e combater o legado do colonialismo e da escravidão. (WRIGHT, 2006, p. 20)

Não foi criada para deter o avanço protestante, mas, foi utilizada para tanto. Além disso, foi muito importante e decisiva, sobretudo com o apostolado educacional, para reforçar a fé dos fiéis que poderiam pender à nova religião.

John O'Malley reforça tal idéia ao dizer que, “de qualquer modo, embora sua história tivesse sido bem diferente, a Companhia de Jesus teria existido mesmo sem a Reforma e não pode ser definida primordialmente em relação a ela” (2004, p. 17).

A idéia de que a Igreja Católica só se reformou e buscou renovação após a Reforma, idéia essa comumente encontrada nos manuais de História, é contestável, uma vez que já havia movimentos pró-Reforma desde o século XIII:

Historiadores discutem se o catolicismo foi renovado, reformado, revivido, reformatado ou re-qualquer coisa no século que se seguiu ao Concílio de Trento. Perguntam-se se o catolicismo se opunha à Reforma protestante ou se estava engajado numa reforma católica própria, com raízes que remontavam a um passado bem anterior aos rebeldes Lutero e Calvino e com objetivos – tornados urgentes por um século de desordem política, social, demográfica e econômica

¹⁸ O quarto voto era feito quando o padre membro da Ordem fosse se tornar um jesuíta *professo*, o que significava, entre outros, que o mesmo poderia ser missionário e também ser escolhido superior da Companhia de Jesus (WRIGHT, 2006).

sem paralelo – que eram bem mais complexos e variados do que uma simples reação ao desafio protestante. (WRIGHT, 2006, p. 41)¹⁹

A Companhia de Jesus é considerada uma Ordem religiosa tipicamente Moderna, pois nasceu justamente nesse contexto transitório e de incertezas. Por isso, tem características que a identificam com a Modernidade, e a diferenciam de todas as outras ordens existentes até então, a maioria ainda ligada àquela velha forma religiosa de se ver o mundo que foi dominante no período anterior, a Idade Média. Pode-se identificar como inovações da Companhia de Jesus, a partir dos seguintes elementos:

- Supressão do coro monástico;
- Não adotar hábito particular, o que era essencial para monges e frades medievais;
- Não ter religiosas a seu cargo ou sob sua direção;
- Prolongamento do noviciado e da formação literária e científica;
- Votos simples no fim do noviciado e da dilação por vários anos da profissão, especialmente da profissão solene (quarto voto ao Romano Pontífice);
- Supressão do sistema capitular;
- Voto de não aceitar dignidades eclesiásticas;
- Universalidade dos ministérios apostólicos. (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2003)

Muitas são as novidades da Companhia de Jesus em relação às outras ordens, mas a mais significativa delas se enquadra exatamente com a forma de organização do Estado, sobretudo em Portugal e na Espanha, o regime do Padroado, que unia Igreja e Estado. O Padroado era uma instituição jurídica, que pode ser assim definido:

É a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também

¹⁹ Exemplo de análise que tem por perspectiva a idéia de que a Contra-Reforma não foi tão somente uma reação à cisão promovida pela Reforma Protestante pode ser encontrada em DANIEL-ROPS (1999).

funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos) (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2006).

Sobre a união entre Igreja e Estado naquela época equivale dizer que os padres jesuítas eram também funcionários das Coroas Portuguesa e Espanhola. Isso implicava inclusive a indicação de cargos eclesiásticos e ereção de dioceses pelos reis. O padroado tem uma origem medieval, mas foi característica marcante da colonização do Novo Mundo. Os padres jesuítas, por sua vez, tinham por principal incumbência manter a organização e os aparelhos do Estado em funcionamento nas colônias²⁰

Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos) (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, RUCKSTADTER, 2006).

Em um primeiro momento o apostolado educacional não fazia parte dos planos de Inácio e seus companheiros. Todos os companheiros eram formados pela Universidade de Paris; conheceram Inácio, quando freqüentaram a mesma universidade. Pelo fato de ter estudado fora da idade que seria convencional Inácio de Loyola encontrou dificuldades no aprendizado, experiência que seria importante quando da elaboração de um método pedagógico para os colégios da Companhia de Jesus. A partir disso, para Inácio, a educação dos jovens era a ideal para que se aprendesse de forma que produzissem frutos. Segundo Egídio Schmitz (1994), interessada em fazer crescer o número de membros da Companhia o mais depressa possível, a Ordem decidiu então formar os jovens que seriam os futuros padres

²⁰ Pode-se encontrar maiores detalhes sobre o padroado em VAINFAS, R. (Dir.), 2000, verbete padroado, e ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2006, verbete padroado.

jesuítas, e não somente recebê-los já letrados.²¹ Inácio, devido à experiência de seus estudos em Paris, dava importância ao estudo de temas pagãos aliados ao ensino cristão - era o *modus parisiensis* influenciando na concepção educacional dos jesuítas. Já a partir de 1540 os jesuítas passaram a controlar importantes colégios na Europa.²² Para completar as aulas, que eram assistidas nas Universidades, eram passados nos colégios os *Exercícios Espirituais*.²³ Logo os colégios passaram a aceitar também alunos externos, e na segunda metade do século XVI, grande parte da Europa passou a contar com instituições de ensino jesuíticas. O desejo inclusive de pessoas externas na fundação de colégios em seus países foi impulsionado principalmente na Alemanha e na Índia, em um primeiro momento, pois necessitavam de um ensino cristão, tanto para deter a propagação da doutrina de Lutero no primeiro, quanto para a conversão de pagãos no segundo. Inácio não mais pensava somente em formar novos membros para a Ordem, mas também bons cristãos, quaisquer fossem os cargos que estes viessem a adquirir no futuro.

Para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos, foi elaborado o *Ratio Studiorum*, um conjunto de normas elaboradas com a finalidade de ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuítas.²⁴ Não estava explícito no texto o desejo de que o *Ratio Studiorum* se tornasse um método inovador que influenciasse a educação moderna, mesmo assim, foi ponte entre o ensino medieval e o moderno (ARNAUT DE TOLEDO, 2000, p. 181-187). Antes do documento em questão ser elaborado, a Ordem tinha suas normas para o regimento interno dos colégios, os *Ordenamentos de Estudos*, que serviram de inspiração e ponto de partida para a elaboração da *Ratio Studiorum*.

²¹ A partir de então, eram aceitos jovens inclusive sem instrução necessária para se tornar um jesuíta. Desta forma, a ordem toma para si a incumbência de instruir estes mesmos jovens, instrução esta que veio da necessidade de aumentar o número de membros da ordem o mais depressa possível.

²² Os primeiros colégios onde os padres jesuítas atuaram como professores foram o de Paris em 1540, seguido dos colégios de Coimbra, Lovaina e Pádua, em 1542, colégios entregues aos cuidados dos padres jesuítas, no caso do de Coimbra, das mãos do próprio rei (O'MALLEY, 2004).

²³ Os assim chamados *Exercícios Espirituais* são uma série de exercícios de caráter reflexivo e moral exigidos de todo jesuíta. São inspirados no processo de conversão do fundador da Ordem. Veja-se IGNACIO DE LOYOLA, (San), 1982, p.207-290.

²⁴ Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou *status* de norma para toda a Companhia de Jesus.

A característica missionária da Ordem foi forte aliada da Coroa portuguesa no processo de colonização do Brasil.²⁵ O regime do padroado unia Igreja Católica e Estado português em torno de objetivos comuns: colonizar as novas terras, levando aos nativos a “civilização” européia, seus costumes e seu Deus. Tão logo desembarcaram os primeiros jesuítas no Brasil-Colônia no ano de 1549, adaptações foram feitas para a instrução dos índios segundo sua própria cultura. Para os jesuítas, muito além de estudar a teologia ou ensinar a catequese a partir de livros, era necessário e importante estudar e assimilar qualquer conteúdo por meio da própria vivência dos padres da Companhia.

Quando se fala em missões uma das primeiras indagações que podem ser feitas a respeito da relação com os povos nativos, especialmente no caso específico dos índios brasileiros é: aculturação ou dominação? A idéia de dominação no contexto missionário, sobretudo em relação à Companhia de Jesus é ambígua: “Eles (os jesuítas) destruíram nossos templos, ouviu-se de alguns indianos possuidores de uma ironia justificada, mas pelo menos nos trouxeram a pimenta vermelha” (WRIGHT, 2006, p. 77). Tal fala pressupõe uma troca entre culturas, um sincretismo, não somente religioso, mas cultural, social e econômico. Houve uma interação entre a cultura européia e as nativas em todas as regiões colonizadas pelos europeus, sendo a essa interação dada o nome de aculturação, ou seja, A agregação de mais de uma cultura.

Há ainda um lado econômico nas missões, para além da religião, uma vez que as missões jesuíticas devem ser entendidas no momento da expansão do capitalismo comercial, e que justificaram religiosamente o domínio e a exploração mercantilista no Novo Mundo.

Até a chegada do europeu, a sociedade indígena - no caso do Brasil - estava organizada de modo a não acumular riquezas. Aos poucos, a nova forma de produzir trazida pelos portugueses e a sociedade fundada no trabalho, foi imposta pelo processo colonizador. Tal fato exigiu que o gentio produzisse e reproduzisse sua vida de uma nova forma, o que, conseqüentemente, exigiu novas práticas sociais e novas maneiras de pensar. Essa nova forma de organização, conforme

²⁵ Um dos legados das missões foi o fortalecimento das reflexões acadêmicas nos séculos XVI e XVII sobre as relações internacionais, e os padres da Companhia de Jesus atuaram também nas esferas política e diplomática.

dito, não foi a completa negação dos valores dos povos nativos, mas sim a incorporação de novos costumes. Chamamos essa incorporação de aculturação.²⁶

As missões oferecem uma lição sobre a maneira como as culturas se encontram – um lembrete de que o negócio é sempre recíproco, que ninguém permanece passivo durante o encontro, que todos os envolvidos são capazes de exploração, de uma análise reducionista, essencialista, do que parece novo e estranho e que ninguém escapa de ser influenciado. (WRIGHT, 2006, p. 77-78)

Portanto, a partir da indagação inicial pode-se dizer que os nativos foram sim dominados, mas sua cultura passou a compor o intrincado quadro cultural que se formou no Brasil. Deve-se, também, entender a fundação da Companhia de Jesus para além da oposição à Reforma Protestante:

(...) houve muito, muito mais no primeiro século dos jesuítas do que sua aclamada habilidade de se opor à Reforma. Nos universos da educação, da ciência, da política e da evangelização global, uma inovadora e ambiciosa organização multinacional (...) fez avanços espetaculares. (WRIGHT, 2006, p. 47)

A atuação na educação, dentre tantas outras ocupações, tornou a Companhia de Jesus digna de uma análise acadêmica, uma vez que sua atuação missionária permitiu sua atuação na Europa, nas Américas, na Ásia e na África. Além disso, atuou no Brasil-Colônia por um período significativo e que nem sempre é lembrado, afinal, foram mais de 200 anos da ação dos padres da Companhia de Jesus, quer como homens religiosos, políticos ou de negócio. Por sua ampla atuação, muito além do aspecto religioso, a Companhia de Jesus ainda deve ser analisada e estudada, apesar de toda a produção existente, uma vez que a historiografia a respeito do tema necessita de reformulações e diversificação de fontes.

3.2 As primeiras Casas e Colégios da Companhia de Jesus no Brasil

A educação era feita pelos jesuítas, que foram os primeiros a abrirem aulas no mundo descoberto por Cabral. Em seus collegios

²⁶ Sobre o conceito de aculturação ver CUCHE, (1999), especialmente o quarto capítulo.

instituíram aulas, onde ensinavam os elementos da instrução, e entregavam-se com todo o zelo á educação da mocidade, de sorte que entre os serviços importantes que prestaram esses padres á terra de Santa-Cruz é preciso não esquecer o ensino que distribuíam á juventude (M. D. Moreira D’Azevedo, Instrução Publica nos Tempos Coloniaes, IHGB, 1893)

Falar das primeiras escolas do Brasil é evocar a epopéia dos Jesuítas do século XVI. (Serafim Leite, Páginas de História do Brasil, 1934).

Comumente é legada aos padres jesuítas a sistematização do ensino no Brasil-Colônia. Mas o que significa tal afirmação? Como foi sistematizado esse ensino? Tais indagações são feitas a fim de se explicar a organização das primeiras casas e colégios jesuíticos implantados no Brasil-Colônia, para somente depois analisar o estabelecimento e o funcionamento do colégio de Paranaguá. Vale ressaltar a importância de se pensar a atuação dos padres jesuítas além das primeiras escolas, ou seja, pensar o colégio de Paranaguá e sua ligação com outras atividades dos padres jesuítas, no caso aqui em estudo.

O propósito da Companhia de Jesus ao fundar colégios era devido ao fato de que “assumindo um sistema de ensino e educação sistemática, os jesuítas poderiam organizar-se melhor e atingir mais profunda e mais facilmente os diversos países e nações” (SCHMITZ, 1994, p.129). Antes de analisar a organização das escolas, no entanto, se faz necessário interpretar a organização da própria Companhia de Jesus. Esta pesquisa limita-se a apresentar a descrição e a análise da organização desses primeiros colégios no Brasil-Colônia, especificamente aquele estabelecido em Paranaguá. Por essa razão, menções serão feitas aos colégios europeus, no entanto, sem o compromisso de analisá-los.

Primeiramente há que se diferenciar as casas jesuíticas dos colégios e seminários jesuíticos implantados no Brasil. Quando se fala de casa jesuítica, ou casas de bê-á-bá, refere-se primordialmente ao serviço de primeiras letras oferecido pelos padres jesuítas sobretudo aos povos indígenas. O foco eram os meninos índios, que, ao aprenderem a língua e a cultura européia, poderiam repassar os ensinamentos aos mais velhos. Uma inversão de valores, uma vez que na sociedade indígena fazia parte da tradição que os índios com mais experiência ensinasse os mais novos.

O objetivo dessas primeiras instituições (que nem sempre eram instituições juridicamente falando) era a catequese, e, antes de ensinar os dogmas, era necessário ensinar primeiro a língua portuguesa. Ensinar o português também pode ser entendido como instrumento de dominação e de legitimação na conquista de novos territórios. Segundo Bittar e Ferreira Junior.:

As casas de bê-á-bá foram instituídas pelos jesuítas em 1549, no mesmo ano da chegada do padre Manuel da Nóbrega e dos seus cinco companheiros. Entre eles, desembarcou aquele que seria considerado o “primeiro mestre-escola do Brasil”: Vicente Rijo [Rodrigues]. Na “escola” organizada pelo padre Vicente, em Salvador, os primeiros “alunos” foram as crianças mamelucas. Elas eram bilíngües, pois falavam o tupi da mãe e entendiam o português do pai. (2004, p. 173)

Antes mesmo da fundação oficial de instituições de ensino, os padres atuavam ensinando as primeiras letras objetivando a catequese desde o primeiro ano que aqui estavam:

Assim, aos índios que sobreviveram restou o processo de domesticação pela via “pacífica” da aculturação baseada na ação catequético-educativa implementada pelos padres jesuítas (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2005, p. 156-157).

É preciso ressaltar também que essas casas de formação, de primeiras letras, exerceram no contexto da colonização

um papel ideológico fundamental no sentido da afirmação dos princípios que norteavam as estruturas da chamada ‘civilização ocidental cristã’, notadamente depois das reformas religiosas que marcaram drasticamente o mundo europeu no transcurso do século XVI (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2005, p. 157).

A primeira instituição jesuítica de ensino fundada no Brasil, juridicamente falando, foi a Confraria dos Órfãos, um colégio de meninos. Fundada na Bahia no ano de 1550 - um ano depois da chegada dos primeiros jesuítas no Brasil com a esquadra do primeiro governador-geral Tomé de Souza - essa instituição era mais

voltada para a catequese, o que, nos primeiros anos da colonização, significava garantir a permanência colonizadora portuguesa (WREGGE, 1993).

O padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), primeiro Superior da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia, liderou os ensinamentos nesse colégio de meninos. Seu *Plano de Estudos* incluía a vinda de meninos órfãos de Portugal para estudarem no colégio juntamente com os nativos.²⁷ O ensino dos meninos órfãos e dos indígenas, entretanto, gerou um conflito entre Nóbrega e a coroa portuguesa, que acusou o padre jesuíta de não pagar os devidos impostos ao rei já que o colégio era uma instituição.

A partir desse conflito, houve a preocupação da coroa portuguesa em separar o ensino dos filhos dos colonos daquele destinado aos nativos. Os colégios de meninos foram extintos em todas as províncias da Companhia de Jesus. Foram implementados os primeiros colégios e casas de ensino voltadas para os filhos de colonos e instalado nas vilas, separadas da catequese dos nativos, que passaram a ser feitas em escolas na própria tribo.

Ficou evidenciada essa separação com a implantação do ensino de Humanidades nos colégios, que culminou com os graus superiores de Filosofia e Teologia, o que separou de vez os colégios dos colégios de meninos. A partir de então, pode-se se falar, em relação ao ensino jesuítico, em casas de ensino e colégios. (SERAFIM LEITE, 2004, v.3)

A principal diferença entre casa de ensino e colégio diz respeito ao caráter econômico. O colégio somente poderia ser fundado se pudesse se manter com posses próprias, já as casas de ensino poderiam depender de um colégio. Outra distinção é em relação aos estudos. Nos colégios os estudos poderiam ser de nível secundário e superior, enquanto as casas somente poderiam contar com os estudos elementares como complemento da catequese, uma vez que era a catequese dos índios que estava no horizonte dos primeiros jesuítas que atuaram nessas casas de formação, ensinando as primeiras letras.

²⁷ Antes mesmo da formalização das normas que regulamentaram o ensino em todos os colégios jesuítas no mundo todo, o *Ratio Studiorum*, havia um plano de estudos elaborado por Nóbrega a fim de regulamentar sobretudo o ensino das primeiras letras para auxiliar na catequese do indígena.

O primeiro colégio de catecúmenos que houve no Brasil foi o de São Vicente, fundado em 1554 pelo padre jesuíta Manuel da Nóbrega.²⁸ Os três grandes colégios a serem inaugurados na segunda metade do século XVI foram: em Salvador (1572); no Rio de Janeiro (1573); e em Olinda (1576). Além desses, foi fundado um colégio na vila de Paranaguá, comarca da província de São Paulo, curiosamente naqueles que seriam os últimos anos da Companhia de Jesus no Brasil, ou seja, de 1755 a 1759. Tal colégio demorou a ser fundado devido ao trâmite burocrático, pois, diferentemente de uma casa jesuítica, um colégio necessitava da permissão direta da Coroa portuguesa, mesmo depois de ter passado o pedido por todas as instâncias da Companhia de Jesus. Segundo Serafim Leite, foi fundada a princípio uma casa anexada ao colégio de Santos, para depois de um processo muito longo, quase meio século, ser fundado o colégio na vila de Paranaguá (SERAFIM LEITE, 2004, v. 6, p. 573-574).

Sobre os seminários, há também uma importante diferença:

A distinção, entre Seminários e Colégios consiste em que nos Seminários admitiam-se de preferência os que se destinavam à carreira eclesiástica; e a admissão nos Colégios estava patente a todos. Nos Seminários, instrução particular; nos Colégios, pública e gratuita (SERAFIM LEITE, v. 6, 2004, p.51).

Esse é outro ponto que merece atenção quando o assunto é o ensino ofertado pelos padres jesuítas em seus colégios, quer nas colônias espalhadas por todo o mundo, quer na Europa. Se para D’Azevedo (1893), os jesuítas inauguraram a instrução pública no Brasil, autores contestam a idéia, e afirmam que o ensino ministrado pelos padres inicianos em seus colégios em todo o mundo era um ensino elitista.²⁹ Sobre o assunto, lê-se em Serafim Leite que:

A instrução ministrada pela Companhia de Jesus durante os seus dois séculos de magistérios no Brasil, vê-se pelo próprio fundamento e evolução dela, que foi gratuita e pública, e nos três graus, popular, média e superior (SERAFIM LEITE, 2004, v. 06 ,p. 51)

²⁸ As escolas eram em pequenas casas, e permaneceram com tal característica de 1550 a 1560.

²⁹ Ver como exemplo dessa idéia da educação jesuítica como uma educação elitista em: RIBEIRO, 1995.

O ensino era pago somente pelos alunos internos, que eram geralmente aqueles que se dedicavam à carreira eclesiástica e que tinham condições para pagarem. Mas o pagamento não se referia ao estudo em si, mas sim, à sua moradia e comida no colégio. Devido também à particularidade do contexto colonial, Serafim Leite, ao traçar o perfil da clientela atendida pelos colégios da Companhia de Jesus no Brasil aponta uma divisão não por classes sociais, que segundo ele não existia claramente aqui como na Europa, mas sim, por raças.³⁰ O elemento fundamental para entender essa idéia é que a sociedade colonial brasileira estava dividida em dois importantes elementos ligados ao trabalho: o servil e o livre. E servil nesse contexto diz respeito à escravidão, que, por sua vez, dizia respeito a uma “raça” em específico: os negros africanos. A idéia já ultrapassada de que a humanidade seria dividida por diferentes raças estava arraigada e fortemente presente em estudos sobre a colonização no período no qual escreveu Serafim Leite, início do século XX.³¹ Somente eram cobradas taxas de manutenção dos alunos internos. Ainda assim, tais taxas não eram correspondentes ao pagamento do ensino recebido pelos alunos nas escolas, mas sim, pela moradia e comida, despesas extras com as quais o colégio não poderia arcar. Ou seja, o ensino propriamente dito era gratuito e público. Nas *Constituições* se lê:

[338] (...) A pobreza dos estudantes que não são da Companhia será avaliada pelo Superior Geral, ou por aquele a quem ele tiver comunicado tal poder. Algumas vezes, por justas razões, não parece dever-se proibir que se admitam filhos de pessoas ricas ou nobres, pagando eles as suas despesas (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 124)

Admitir pessoas nobres e ricas a princípio, deveria ser exceção. A prioridade era para alunos interessados em entrar para a Companhia. Caso sobrassem vagas, ou fosse feito um acordo no momento da fundação com os benfeitores, deveriam ser

³⁰ Ressaltamos que esse conceito foi utilizado por Serafim Leite no contexto no qual escreveu a História da Companhia de Jesus, na primeira metade do século XX. Atualmente a ciência não aceita mais essa divisão dos seres humanos em raças pela cor da pele (raça negra, raça caucasiana), o que existe é somente uma, a raça humana.

³¹ Sobre análises que falem sobre a formação da raça brasileira ainda vale mencionar e indicar alguns clássicos, como por exemplo, BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*, 1995 e FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*, 1969.

admitidos alunos sem a intenção de entrar para a Ordem. A pobreza não era impedimento para que um aluno viesse a frequentar os colégios jesuíticos.

Por muitas vezes se considerou o ensino jesuítico elitista por comparar o ensino ministrado no Brasil e aquele ofertado nos colégios europeus. Saviani (2005, p. 06) explica que:

A situação no Brasil foi, porém, inteiramente distinta. Os jesuítas aqui vieram cumprindo um mandato do rei de Portugal, sendo por ele subsidiados. E, após as idas e vindas do “período heróico”, em 1564 a Coroa portuguesa adota o plano da redízima pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira passam a ser destinados à manutenção dos colégios jesuíticos.

Com essa situação, a educação oferecida pelos padres jesuítas nos domínios portugueses passou a ser oficialmente mantida com recursos públicos.

No entanto, não se pode falar em escola para o povo financiada pelo Estado. Tal idéia só apareceria, mesmo na Europa, no século XIX, com a defesa da escola pública estatal. Quando se faz referência ao ensino público dos colégios jesuíticos, não se pode confundir com um ensino ofertado pela Coroa Portuguesa, e que visasse abranger todas as camadas da sociedade colonial brasileira. As discussões iniciais sobre a educação financiada pelo Estado adentrou a sociedade colonial brasileira com a política de Marquês de Pombal.³² Imbuído das idéias Iluministas, o Marquês de Pombal atribuía aos padres jesuítas um atraso em todos os aspectos, especialmente na educação. Seu projeto de *modernizar* o reino português incluía a expulsão dos jesuítas desses domínios portugueses, uma vez que a Companhia de Jesus representava o atraso, especialmente no ensino, ainda atribuía uma forte ligação do ensino jesuítico ao ensino escolástico, chamado pelos detratores de medieval.

3.3 Expandindo fronteiras: bandeirantes x jesuítas

³² Sobre o nascimento da escola pública na Europa e suas contradições indicamos dois estudos: LEONEL, 1994; COELHO, 2006.

Em fins do século XVI teve início o movimento de interiorização no Brasil-Colônia.³³ A ida para o sul e interior está na dialética do movimento das entradas e bandeiras. Em busca de ouro e mão-de-obra indígena, os bandeirantes, sobretudo paulistas, se embrenhavam mata adentro financiados pela Coroa e também em expedições autônomas. O movimento das bandeiras se tornou autônomo já no final do século XVI, e, inclusive, decretava suas próprias leis. Faz parte desse movimento a invasão das reduções espanholas dos padres jesuítas, sobretudo na região dos rios Paranapanema e na região de Guairá.

Estava desenhado o embate: de um lado, os bandeirantes invadindo as reduções jesuíticas e aprisionando os indígenas, de outro, uma resistência se constituiu inclusive com iniciativa dos próprios padres. Esse foi um momento-chave de interiorização da ocupação, uma vez que com a penetração do continente se aliaram a escravização dos índios e a busca do ouro a um ideal de honra e virtudes heróicas. Os padres contestavam essa ação e tentaram propagar a idéia de que esses homens estavam sendo impiedosos, e não heróis!³⁴ Mas a metrópole, para tentar amenizar o conflito, uma vez que ainda precisava da atuação dos padres jesuítas junto aos índios, ora tomava partido dos colonos, ora dos padres jesuítas (ROCHA POMBO, 1959, p. 62)

Um cenário conflitivo se configurou a partir do século XVII entre jesuítas e colonos. O motivo central do conflito era o modo de conversão dos índios: o confinamento em escolas e missões, em vez de trabalharem em prol da colônia. Entre os anos de 1619 e 1631, bandeirantes paulistas invadiram as missões

³³ As primeiras bandeiras são chamadas de bandeiras quinhentistas. As quatro primeiras incursões no território hoje paranaense de que se tem notícia foram lideradas por espanhóis (1541: Cabeza de Vaca; 1544: Domingos Martinez Irala; 1555: Nullo de Chaves/ Rodrigo de Vergara; 1576: Ruy Diaz Melgarejo). No final do século XVI houve ainda três expedições portuguesas. A primeira delas foi especificamente para o aprisionamento dos índios Carijó, no litoral, especialmente na Baía de Paranaguá Paranaguá, e aconteceu no ano de 1585 liderada pelo Capitão-Mor de São Vicente Jerônimo Leitão. As outras duas incursões foram feitas nos anos de 1594 e 1595, lideradas por Jorge Correia e Manoel Soeiro, respectivamente (ROMÁRIO MARTINS, s.d.).

³⁴ A idéia do bandeirantismo relacionada a um ato virtuoso e heróico constituiu importante elemento no momento da consolidação da identidade paulista. Era o desbravador, o homem sem temor que abandonava sua família e partia em busca do desenvolvimento e em prol da Coroa portuguesa. Tal debate esteve em evidência no ano de 2004 e anos próximos devido às comemorações dos 450 anos do nascimento da cidade de São Paulo. Sobre esse ideal bandeirante e a formação da identidade paulista, veja-se: BUENO, 2004; FERREIRA, 2002 e RUCKSTADTER, 2006.

jesuíticas, razão do deslocamento dos jesuítas, sobretudo espanhóis, para o sul com mais de dez mil nativos, onde estabeleceram os *Sete Povos das Missões*.

Quase um século depois desse movimento migratório que levou ao estabelecimento de reduções no atual estado do Rio Grande do Sul, houve uma resistência à mudança de margem da fronteira no rio Uruguai, em cumprimento do Tratado de Madrid de 1750. Essa resistência deu mais força às chamadas Guerras Guaraníticas.

Como resultado da resistência dos índios liderados pelos jesuítas nas Guerras Guaraníticas, além dos constantes conflitos com os próprios colonos e autoridades na colônia, o Marquês de Pombal ordenou a expulsão da Companhia de Jesus de terras brasileiras no ano de 1759.

Sobre o conflito entre colonos e jesuítas, Rocha Pombo escreveu:

Enquanto os padres eram necessários tinham de seu lado os colonos, e na direção da casta massa indígena puderam manter-se numa indisputável supremacia. Mas em seguida, fazendo-se senhores da terra e amando a riqueza, começaram os próprios colonos a dispensar o ascendente moral dos missionários. (1959, p. 61)

A idéia expressa é a de que os colonos apoiaram a catequese jesuítica no início da colonização dada a necessidade da domesticação dos índios e do controle efetivo das terras. Uma vez seguros, os padres representavam um entrave no tocante à utilização da mão-de-obra indígena. Além de ser um conflito econômico, esse foi também um conflito administrativo.

No auge dos confrontos, pode-se constatar tal afirmação no fato de que em momentos de hostilidade os governos gerais não apoiaram os jesuítas (ROCHA POMBO, 1959, p. 61). E não apoiaram pois, mesmo com o regime do padroado, os jesuítas tinham um modo de ver o mundo ao seu tempo: um modo religioso.

Esse modo de ver o mundo de maneira religiosa foi o que José Maria de Paiva chamou de *orbis christianus*. Havia na sociedade quinhentista um modo religioso de ver o mundo. No entanto, essa visão não impedia que o processo colonizador se realizasse com a predominância dos interesses mercantis sobre os interesses religiosos (DE PAIVA, 2006, p. 29). A economia colonial estava voltada

para os interesses comerciais europeus. O Brasil se encontrava em uma relação de dependência, financeira e jurídica, visando a produção monopolista para exportação (PRADO JUNIOR, 1977).

Do conflito entre jesuítas e colonos se pode destacar a razão central para tanto: os jesuítas não tinham uma posição clara e radical no que dizia respeito à liberdade dos índios. Já os colonos a tinham bem definida: deveriam trabalhar em seu favor (DE PAIVA, 2006, p. 38).

Até quase fins do século XVI os portugueses se limitaram a povoar parte do litoral e defendê-lo dos ataques piratas, sobretudo dos corsários ingleses e franceses, sem esquecer a invasão holandesa. O motivo para o povoamento inicial somente da parte litorânea era o Tratado de Tordesilhas que definia os contornos e limites das duas maiores potências católicas do mundo: Portugal e Espanha e a povoação das novas terras.³⁵

Quando, no entanto, sentiram-se fortalecidos e bem estabelecidos, os colonos começaram a povoar o interior: “Só dispensando agora (quando já se sentem fortes) o concurso do catequista, no empenho de explorar o trabalho do índio, é que podem levar aquele intento até os recessos das florestas longínquas” (ROCHA POMBO, 1959, p. 285).

Apesar de não haver menção desse autor em relação a Paranaguá nesse contexto de conflito, a vila estava localizada na estreita faixa marítima portuguesa que enfrentava inúmeras colisões com os espanhóis, e também com outros invasores, sobretudo pelo fato de ser importante porto do Brasil-Colônia.

Este é o contexto, conforme indicado, no qual será inserido o processo de fundação do colégio de Paranaguá. No entanto, ainda se faz necessário dedicar parte deste estudo à história da vila de Paranaguá, seus aspectos administrativos e econômicos, para depois entender o papel dos jesuítas nessa Vila, inclusive a fundação da casa e do colégio.

³⁵ O Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de Junho de 1494, partilhava o chamado Novo Mundo entre Portugal e Espanha.

4. ATUAÇÃO JESUÍTICA NA VILA DE PARANAGUÁ

A história do Paraná até a terceira década do século XVII se constitui de dois grandes capítulos da história do domínio ibérico no sul do Novo Mundo. O atual território do nosso Estado ficava ao ocidente da linha empírica de demarcação das conquistas reservadas a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas (1492) pois essa linha segundo os cosmógrafos espanhóis caía no mar na altura de Iguape, embora para os portugueses terminasse na altura de Laguna (...) – Romário Martins, História do Paraná, s.d.

Importante cidade portuária do Brasil atual, Paranaguá foi também importante centro político, econômico e cultural no período colonial, e o continuou sendo mesmo após a emancipação política da Província do Paraná em 1853, principalmente por ser o principal centro portuário da nova Província (WESTPHALEN, 1998).

Sua ocupação e povoamento foi o primeiro importante passo, efetivamente, na direção sul pelos colonos portugueses:

Ainda no século XVI, quando da chegada dos primeiros colonizadores, a Baía de Paranaguá exercia um importante papel, sob o prisma geográfico: sua entrada correspondia ao limite da segunda parte da Capitania de São Vicente, com 46 léguas de costa. Começava em Bertioga, litoral paulista, estendendo-se até a altura da Ilha do Mel, na costa paranaense (TRAMUJAS, 1996, p. 18).

Foi a primeira cidade com povoação luso-brasileira do atual território do Paraná, e o local onde o primeiro ouro brasileiro foi encontrado. Discutir a presença jesuítica na região e o estabelecimento do colégio oficialmente no ano de 1755 é o objetivo principal desse capítulo. Para tanto, é necessário considerar a importância do Porto de Paranaguá no período colonial, seus aspectos administrativos, econômicos, políticos, sociais, ou seja, sua história, para depois avançar na análise da atuação dos padres inacianos portugueses na região.

4.1 Breve Histórico da Vila de Paranaguá: aspectos geográficos, históricos e administrativos

Há notícias da presença portuguesa na região da barra de Paranaguá já no ano de 1532, com a esquadra de Pero Lopes, que viajou a costa da então capitania de São Vicente até o rio da Prata (ROMÁRIO MARTINS, s.d., p. 9). Sua origem é incerta do ponto de vista histórico, mas é atribuída às Bandeiras (TRAMUJAS, 1996, p. 17).

O viajante Hans-Staden (1525-1579) em seus relatos de viagem pelo Brasil também faz menção à região, que ainda não era povoada. Ele fala da ilha de *Supraway*, ou Superagüi, que ficaria na Baía de Paranaguá (STADEN, 2006, p. 51).³⁶

No entanto, não houve uma colonização sistemática da região mesmo com a descoberta do primeiro ouro do Brasil no século XVI. Sobre a colonização do litoral, Tramuja (1996) aponta que:

Ainda na primeira metade do século XVI, as áreas habitadas do Brasil Meridional eram insignificantes. Donos das terras, os portugueses fundaram Santo André da Borda do Campo, São Paulo de Piratininga, mantinham as capitanias litorâneas em território paulista, e só mais tarde deram origem a Paranaguá. Os castelhanos mantinham modestos núcleos na costa catarinense, desde São Francisco do Sul, antigamente conhecida como Babitonga, até Porto dos Patos, na ilha de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. Entre Iguape, em São Paulo, e Babitonga, em Santa Catarina, aí incluindo Paranaguá, restava a terra de ninguém. Portugueses e castelhanos freqüentavam a região, pelo mar, ou usando as veredas dos bugres, também conhecidas dos povoadores brancos (TRAMUJAS, 1996, p. 18).

³⁶ Nesse que é o primeiro livro a falar do Brasil há um desenho da ilha e da Baía de Paranaguá feito pelo próprio Hans Staden.

Somente no século XVII a região foi povoada, e Paranaguá foi até a segunda metade do século XVIII tão próspera quanto São Paulo.

O fator fundamental que ligou a costa até então abandonada por portugueses e castelhanos ao restante dos domínios portugueses, mais especificamente a São Paulo, foi o apresamento e comércio de índios de meados do século XVI até meados do século XVII. Foi a partir de então que essa prática foi sistematizada, o que conseqüentemente favoreceu a ocupação efetiva da costa do Brasil Meridional, expressa na elevação de inúmeros povoados à condição de vilas no litoral, dentre eles Iguape, em 1635, São Sebastião, no ano de 1636 e Ubatuba, em 1638.

Paralelo ao comércio dos nativos, foi descoberto o ouro na região. Saint-Hilaire assim descreveu em seu relato:

Onde se acha assentada a cidade de Paranaguá foi o primeiro lugar em que se verificou a existência de ouro no Brasil. Antes do ano de 1578, alguns aventureiros paulistas encontraram terrenos auríferos nessa região e começaram a explorá-lo (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 151)

Tramuja confirma tais descobertas:

Não tarda para que, na segunda metade do século XVI, os colonizadores descubram uma nova vertente econômica. Constatam que a região é rica em minérios, em especial o ouro. (...) entre 1570 e 1584, revelaram-se jazidas auríferas na costa meridional de São Paulo e no atual território do Paraná (...) (TRAMUJAS, 1996, p. 19).

Não se pode falar em um ciclo do ouro na região uma vez que o ouro encontrado era de aluvião, ou seja, aquele ouro encontrado nos rios, e que se esgotou em pouco tempo se comparado ao ouro descoberto na região das Minas Gerais no século XVII. No entanto:

As minas de Paranaguá forneceram ouro durante certo tempo, talvez em apreciável quantidade, pois o govêrno chegara a criar ali uma casa de fundição, estabelecimento que (...) ainda existia em 1817 (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 1964).

A não-exploração do ouro no litoral foi uma estratégia adotada pelos portugueses, uma vez que o ouro ficaria vulnerável a ataques de corsários, que pela proximidade do porto não teriam dificuldade em contrabandear a produção.

O ouro de Paranaguá não gerou grandes riquezas, pois se esgotou rapidamente. Apesar disso, tão logo foi noticiada sua descoberta, e no ano de 1649 surgiu em Paranaguá a Casa de Fundação, para barretagem, marcação e quintagem do ouro, que visava mais atender as minas nos sertões de Curitiba e Assungui que a própria vila.

A fundação dessas vilas mais ao sul, inclusive Paranaguá, obedecia a dinâmica do processo colonizador, a fundação de povoados está associada diretamente ao processo de “pacificação” de tribos antes arredias:

Na América portuguesa, a construção de sítios urbanos seguia a dinâmica do processo de pacificação. Concomitantemente à pacificação dos índios, obtida pela força ou pelo acordo, erigia-se o povoamento, geralmente dotado de fortes defesas que serviriam tanto como proteção contra os indígenas como contra os corsários a mando das potências européias que disputavam o controle territorial das margens do Atlântico (CENTURIÃO, 1999, p. 211).

Para se fundarem esses núcleos urbanos, todavia, eram necessárias determinadas condições. Uma delas era a abundância de água e porto para que se pudessem amarrar os navios. Diretamente relacionada a elas estava o fato de que o local escolhido deveria oferecer boas opções defensivas, como elevações que permitissem a construção de uma cidade alta, ao estilo grego da *acrópole*.

Paranaguá atendia a essas condições primordiais para a defesa do território, sendo inclusive sua fundação um recurso defensivo, enquadrado no projeto colonizadora maior da pacificação. Mais que ter água e porto, a Baía de Paranaguá era uma região estratégica que ligaria a navegação comercial portuguesa à importante região do Rio da Prata, além de efetivar a posse de um território que fazia parte dos domínios portugueses estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, e que por muito tempo ficou despovoado.

A atuação dos padres jesuítas foi intensa em Paranaguá e em seus arrabaldes, o que resultou na fundação de um colégio, que somente era fundado em

regiões estratégicas para o governo português. Por que então a historiografia negligenciou os estudos sobre essa presença jesuítica portuguesa e sobre a fundação do colégio?

Até mesmo em obras clássicas de História do Paraná, caso do livro de Romário Martins, o estudo da atuação jesuítica menciona somente a presença dos jesuítas espanhóis na região de Guaíra e das reduções também espanholas fundadas pelos jesuítas ao longo do rio Paranapanema, como por exemplo, as reduções de Santo Inácio Mini e Nossa Senhora do Loreto (ROMÁRIO MARTINS, s.d., 47-63).³⁷ E sempre que se fala da atuação jesuítica onde atualmente é o estado do Paraná, faz-se menção à presença espanhola, anterior à portuguesa.³⁸

O território do atual estado do Paraná, pelo Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494, pertencia à Espanha. Isso explica a presença da Coroa espanhola e de reduções jesuíticas lideradas por padres espanhóis. Contudo, as fronteiras lusitanas, que iam somente até Laguna, atual estado de Santa Catarina, foram ampliadas devido à ação dos bandeirantes paulistas a partir de 1635.

Preando índios e buscando ouro, os bandeirantes paulistas seguiam também enfrentando a resistência espanhola até meados do século XVIII, quando espanhóis e portugueses assinaram um novo acordo. O Tratado de Madrid foi assinado no ano de 1750, que legitimava o domínio espanhol nos Setes Povos das Missões e a colônia de Sacramento, fronteira com o Uruguai, era entregue aos domínios de Portugal. Porém, com a morte do rei da Espanha em 1761, novo conflito se iniciou, e, após nova convenção, foram restabelecidos os antigos domínios: Portugal teve de volta os Sete Povos das Missões e a Espanha, a colônia de Sacramento (ROMÁRIO MARTINS, s.d.).

Até o ano de 1777 foi travada uma guerra entre as duas nações. Após quinze anos de conflitos a paz foi restabelecida por um novo tratado, resultante da ascensão da princesa espanhola D. Maria I ao trono português. O Tratado de Santo

³⁷ Atualmente, na região onde existiram as principais reduções nas margens do rio Paranapanema no século XVI, encontram-se os municípios de Santo Inácio, Santa Inês e Itaguajé, no estado do Paraná.

³⁸ Também na obra *História do Brasil* de Rocha Pombo, do ano de 1959, sobretudo no terceiro volume intitulado *Os bandeirantes*, somente há menção às reduções jesuíticas espanholas na região onde hoje é o atual estado do Paraná. A presença portuguesa sequer é mencionada. Outra obra que faz tal menção é a *História do Paraná*, de WACHOWICZ (1968).

Ildefonso de 1777 estabelecia as mesmas fronteiras do Tratado de Madrid (ROMÁRIO MARTINS, s.d., 52-53).

Este estudo não destaca a atuação espanhola uma vez que o recorte feito diz respeito à atuação dos padres jesuítas portugueses, no século XVIII. Além do mais, a região portuária de Paranaguá e a vila fundada na região eram domínios portugueses desde o primeiro tratado de terras feito entre Portugal e Espanha, ou seja, desde o Tratado de Tordesilhas. Segundo Romário Martins, pode-se encontrar referência a essa demarcação na distribuição dos lotes das capitanias pela coroa portuguesa. O lote que coube a Martim Afonso de Souza no quinhão Sul “começava na barra de São Vicente e terminava na altura da barra de Paranaguá”, e o lote de Pero Lopes, referente ao quinhão Sul também, iniciava na “altura da barra de Paranaguá e vagamente se estendia até onde fosse da legítima conquista luzitana” (ROMÁRIO MARTINS, s.d., 52). Esta pesquisa não considera, portanto, eventuais incursões ou presença jesuítica espanhola na vila de Paranaguá, mas somente aquele processo iniciado no ano de 1708 que deu origem ao colégio em 1755, e onde permaneceram até a sua expulsão do domínio português no ano de 1759. Foi uma escolha dentre outras possibilidades de análise para este trabalho. Sobre outra importante opção vale ressaltar a atuação de outras ordens na região. É o caso dos padres franciscanos, que tentaram inclusive fundar um colégio na vila. Escreveu David Carneiro que “Paranaguá foi ponto cobiçado para convento desde meados do século XVII, e não só pela companhia de Jesús, mas também pela ordem de S. Francisco” (1940, p.362). Não foi construído o colégio, mas pode-se pressupor que houve uma presença dos franciscanos naquela região.³⁹ Portanto, a opção deste estudo é apenas uma leitura possível sobre a História da Educação em Paranaguá dentre tantas outras.

Auguste de Saint-Hilaire, viajante francês que esteve na região na primeira metade do século XIX, também não dedica mais que um parágrafo ao colégio. Na realidade, nem utilizou o termo colégio quando fez uma referência no relato de sua *Viagem à Comarca de Curitiba*.⁴⁰

³⁹ Sobre a presença franciscana na região, mais especificamente em Cananéia, encontra-se referência na Revista do IHGB, DE ANDRADA, 1882, p. 82.

⁴⁰ A viagem pela comarca de Curitiba teve início no ano de 1820, e teve como itinerário Curitiba, a descida da serra até Paranaguá, indo até Guaratuba (SAINT-HILAIRE, 1964).

O Litoral e o planalto do atual estado do Paraná foram povoados em meados do século XVII em virtude da exploração de ouro. O povoamento de Paranaguá deve ser entendido no contexto da expansão portuguesa para o interior pelo movimento que ficou conhecido como “Entradas e Bandeiras”, sobretudo em busca de ouro e para prear índios para constituir mão-de-obra mais barata que a africana. Esse movimento principalmente dos moradores de São Vicente, é em grande parte responsável pela ocupação efetiva do sul do Brasil, especificamente a região de Paranaguá.

As primeiras povoações foram as de Paranaguá e de Curitiba. Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá foi uma das primeiras vilas a ser fundada na parte mais meridional do país, no ano de 1648, quase cinquenta anos antes da fundação da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, atual Curitiba.

Foi o bandeirante Gabriel de Lara (1600?-1682), quem “exerceu importante papel no processo de desenvolvimento de Paranaguá” (TRAMUJAS, 1996, p. 20). O principal motivo para que ele fosse designado Capitão-Povoador pelo governador do Rio de Janeiro e viesse para o sul, foi a notícia da existência de ouro, que atraiu a presença de holandeses e corsários de outras nacionalidades. No ano de 1640, mudou-se efetivamente de Iguape para o litoral, e foi responsável por erguer o pelourinho de Paranaguá no ano de 1646, e por requerer ao Rei, no ano seguinte, a criação da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, que se efetivou por Carta Régia de 29 de julho de 1648 (TRAMUJAS, 1996).

Até a descoberta do ouro em Minas Gerais, Paranaguá havia se desenvolvido e enriquecido mais que Curitiba. O desenvolvimento de Curitiba está diretamente relacionado ao ciclo do ouro em Minas Gerais, uma vez que os tropeiros vindos do sul do país, mais especificamente da cidade de Viamão, no atual território do Rio Grande do Sul, passavam pelo primeiro planalto paranaense para abastecer de alimentos e utensílios diversos a vila de Sorocaba, que, por sua vez, abastecia a região das Minas. O *tropeirismo*, nome pelo qual esse movimento comercial ficou conhecido, foi também responsável pelo surgimento de diversas cidades paranaenses.

Paranaguá pertenceu à Província de São Paulo até o ano de 1853, quando o Paraná foi elevado também à categoria de Província. Enquanto pertenceu à Província de São Paulo, Paranaguá foi elevada à categoria de capitania em 1660, e,

tão logo foi criada, Gabriel de Lara foi nomeado pelo Marquês de Cascais Capitão-Mor, Ouvidor e Alcaide-Mor, e foi empossado em 15 de maio de 1660 na Câmara Municipal que ajudara a instalar onze anos antes. Com a ordem instalada diminuiu o número de aventureiros na região, o que possibilitou o desenvolvimento da vila (TRAMUJAS, 1996, p. 21). Era uma capitania secundária, que dependia de outro governo, e, assim como as outras capitanias do sul do Brasil, era a princípio dependente da administração do Rio de Janeiro, até 1710, quando a Capitania de Paranaguá foi incorporada à de São Paulo e à do Rio Grande do Sul. No ano de 1798, foi elevada à Capitania Geral pelo Vice-Rei Conde de Rezende (ROMÁRIO MARTINS, s.d., p.370).

Dada a importância da vila, quando a Província de São Paulo foi dividida nas comarcas do Norte e do Sul, Paranaguá foi escolhida para ser a sede do Sul. Permaneceu, no entanto, nessa condição somente até o ano de 1812, quando esse posto foi transferido a Curitiba, que se tornou a sede da Comarca. Para manter a tradição e evitar contendas, e para consolo dos habitantes de Paranaguá, o nome permaneceu no título da Comarca, e ainda aparecia em primeiro lugar. O nome oficial, que aparecia em todos os documentos e atos oficiais, era *Comarca de Paranaguá e Curitiba* (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 154).

Somente no final do século XVII, já com a consolidação da Vila de Paranaguá como importante centro litorâneo, a questão religiosa ganhou destaque entre os moradores da vila. Foi então que se iniciou o processo que culminou com a fundação do Colégio jesuítico em Paranaguá.

Visto o histórico da Vila de Paranaguá e seus principais aspectos administrativos, e sua importância política e econômica no contexto do Brasil-Colônia, será ainda apresentado o histórico do colégio jesuítico de Paranaguá, não somente no que diz respeito ao que ele foi, mas também os esforços para a restauração do edifício, seu tombamento pelo IPAHN e sua utilização na atualidade.

4.2 Histórico do Colégio de Paranaguá

No ano de 1972, o prédio que fôra o antigo colégio dos jesuítas em Paranaguá passou a ser parte do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Funciona atualmente na edificação erigida a partir de 1752 o Museu de Arqueologia e Artes Populares da Universidade Federal do Paraná. Dois são os setores do museu: o setor de Arqueologia e o setor de artesanato. Há no prédio exposições referentes às pesquisas arqueológicas feitas na região, com várias peças datadas do período anterior à presença portuguesa e espanhola na América. Há ainda uma coleção de peças artesanais, bem como de instrumentos rudimentares de caça e de pesca. Inaugurado no ano de 1962 a partir de um convênio assinado entre a Universidade e o Instituto de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não há no museu referência à atuação dos padres jesuítas, bem como não há documentos referentes ao colégio. A referência feita em visitas ao museu se restringe ao fato dele ter sido um colégio jesuítico.

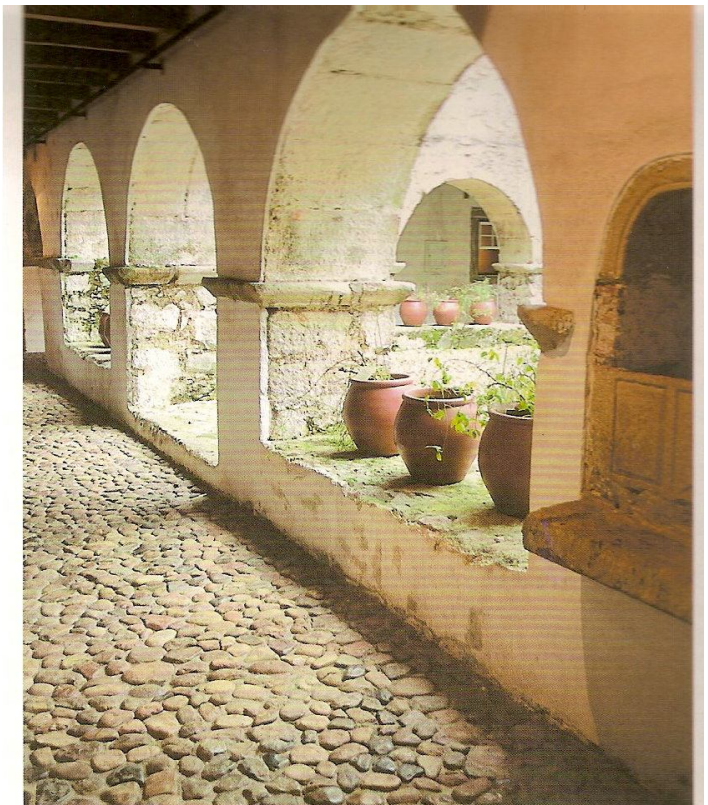
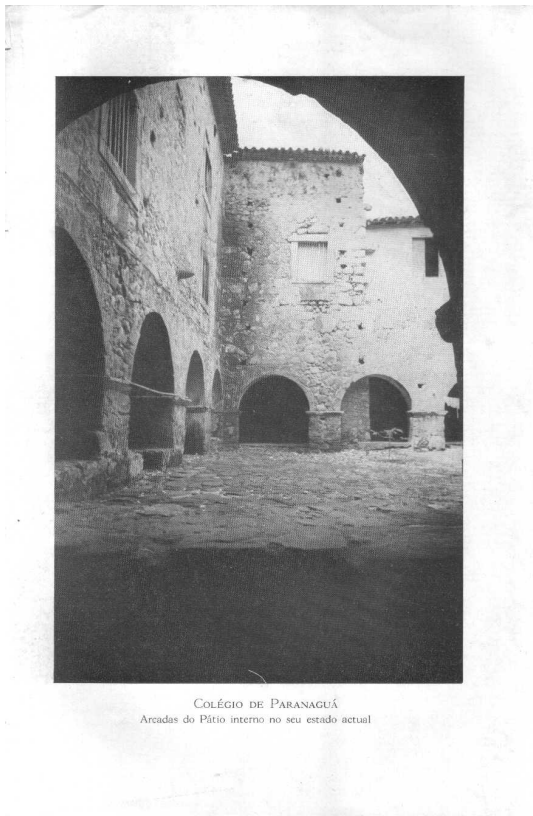
A Igreja à qual o colégio era anexo foi demolida no ano de 1816, 57 anos após o fechamento do colégio devido à Lei de Pombal que expulsou os padres da Companhia de Jesus de todo o território do Brasil-Colônia (DE FREITAS, 1999, p. 169) Perante o péssimo estado de conservação e o risco de que o prédio se tornasse mais uma ruína do período colonial, concentrou-se esforços para que o prédio fosse restaurado. Para tal intento, o caminho a ser percorrido era o pedido de tombamento do prédio do antigo colégio dos jesuítas. Diante de tal situação, David Antonio da Silva Carneiro, importante historiador paranaense escreveu um artigo que foi publicado no ano de 1940 na Revista do IPHAN, uma das poucas fontes diretas para o estudo do Colégio de Paranaguá.

Nesse artigo, o intuito central é obviamente justificar a importância histórica do prédio. Para tanto, David Carneiro acrescentou documentos e informações até então desconhecidos sobre o colégio de Paranaguá. No entanto, as fontes e estudos sobre o colégio de Paranaguá merecem ser revisitadas, uma vez que quase todos, dentre os poucos estudos, são do início do século XX.

Já no primeiro parágrafo pode ser detectado claramente esse intuito:

Para se compreender bem toda a importância que teve de início a construção, hoje transformada em vetusta ruína, que é o colégio dos jesuítas em Paranaguá, é necessário que se vá buscar a origem nessa região da famosa ordem de catequistas que desejou lançar raízes em todos os cantos da América, especialmente do Sul, por cuja razão provocou invejas, ódios e reações que lhe causaram a queda e a abolição (DAVID CARNEIRO, 1940, p. 361).

Ao retomar a história da fundação do colégio, David Carneiro trouxe uma nova informação. Trata-se da presença jesuítica na região no início do século XVII devido à instalação de uma Casa de Missões na ilha de Cananéia, onde Fernão Cardim (1540-1625) era o superior (DAVID CARNEIRO, 1940, p. 361-362). No entanto, tal informação é contestada por Serafim Leite (2004, v. 06.).



Imagens pátio do colégio de Paranaguá antes e depois da restauração. À esquerda, imagem feita provavelmente em 1938. À direita imagem datada de 2004 (SERAFIM LEITE, 2004)

Sobre a Casa Jesuítica de Cananéia há referência na obra *História de Paranaguá*, de Waldomiro Ferreira de Freitas. O autor menciona que antes da instalação da casa em Paranaguá já havia uma preocupação em enviar missões volantes à Baía de Paranaguá. A primeira Casa de missão estável para a região foi em São Vicente, e, depois, em Cananéia:

Periodicamente, ao tempo de Leonardo Nunes, desta casa de missão de Cananéia, faziam os jesuítas missões entre os Carijó e primitivos povoadores da margem esquerda do rio Taguaré (Itiberê), como a de Pedro Correia e João de Souza que deveria durar sete anos, porém, ao chegarem até os planaltos, foram flechados e mortos nas fraldas da Serra do Mar, sertões dos Carijó, em 1556 (DE FREITAS, 1999, p. 160)

Após esse episódio, o padre Leonardo Nunes também desapareceu, e a ação jesuítica não somente nos sertões de Paranaguá, mas também em todo o litoral sul, ficou enfraquecida. Após essa primeira tentativa de catequizar os Carijó, tribo indígena que habitava a Baía de Paranaguá, as missões foram retomadas tão logo a paz foi restabelecida com os Tamoio pelos padres José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, ou seja, do ano de 1566 em diante. Anchieta, já sacerdote, empreendeu mais uma vez a missão do seu apostolado na Capitania de São Vicente. Data de 1605 uma nova missão a Paranaguá, enviada pelo padre Fernão Cardim (1540-1625), da qual faziam parte os padres João Lobato e Jerônimo Rodrigues. Essa foi a primeira missão enviada ao povoado de Paranaguá (DE FREITAS, 1999, p. 160).

O padre António da Cruz, professor do Colégio de Santos, era o missionário que visitava a costa sul da colônia, desde Ilha Grande até Laguna. Juntamente

com o padre Tomás de Aquino, do mesmo colégio, foi recebido com festividade em Paranaguá por ocasião da instalação da Casa jesuítica, “(...) e, debaixo de pátio, conduzidos à igreja Matriz, com grande alegria da população, onde se cantou um *Te Deum*, em ação de graças (DE FREITAS, 1999, p. 162).

O colégio jesuítico em Paranaguá, vila situada naquele momento na província de São Paulo, fundado oficialmente no ano de 1755, inaugurou o ensino público, primário e secundário, no que hoje reconhecemos como estado do Paraná, além de ter sido também seu primeiro seminário. A recuperação dessas informações permite a reconstrução de uma parcela da História do Brasil, bem como da formação da cultura brasileira, formação esta que certamente recebeu contribuições dos padres da Companhia de Jesus. Essas contribuições se deram tanto na catequese dos meninos índios, quanto na instrução dos filhos dos colonos. No contexto apresentado, deve-se pensar também nas pessoas atendidas pelo colégio de Paranaguá.

Para que tal estudo seja efetivado, o trabalho se propôs a analisar qual o significado da fundação de um colégio jesuítico em um contexto de disputas entre colonos e jesuítas, conflitos esses que, poucos anos após a fundação de tal colégio, levou à expulsão dos jesuítas de terras brasileiras. Além desse fator, outra importante discussão se faz necessária, aquela acerca do longo processo de estabelecimento para a fundação do colégio, visto que desde 1708 os próprios colonos da vila de Paranaguá reivindicavam um colégio da Ordem. A análise partirá, portanto, do pressuposto de que havia uma necessidade inicial dos colonos, que, dada a distância de outros colégios desejavam que houvesse um na Vila de Paranaguá. A Ordem dos jesuítas representava o mundo a cultura letrada para os moradores da Colônia. Essa cultura letrada era estranha e desconhecida dos colonos. Os habitantes daqueles rincões creditavam-lhe importância, mesmo sem ter acesso a ela. Quase todos os moradores das pequenas vilas como Paranaguá eram analfabetos. Eles explicavam a necessidade dessa cultura letrada pelo argumento da necessidade da religião e dos sacramentos. Desse modo, os padres, e especialmente os jesuítas eram sempre vistos como ilustres figuras políticas (e religiosas).

Deve-se atentar para esse período em especial, entre os anos de 1708 a 1759, uma vez que desde a fundação da casa dos jesuítas em Paranaguá em 1708,

os padres iniciaram trabalhos de catequese, sacramentos, entre outras assistências à vila e também à circunvizinhança.⁴¹ A educação não acontece somente nas instituições escolares, mas se dá principalmente nas relações sociais, na *práxis* humana. Por essa razão, não serão enfocadas somente as atividades no colégio após sua fundação oficial, mas sim todas as atividades - possíveis de serem identificadas nos documentos a serem analisados - dos jesuítas desde seu estabelecimento na vila de Paranaguá no ano de 1708.

Pretende-se, dessa forma, analisar esse período que faz parte de nossa história, mais especificamente, faz parte da história da educação no Brasil, não perdendo de vista as determinações do contexto e das relações sociais da época como fator primeiro para a formação da sociedade, e mesmo da educação para a formação do homem que atenderia a sociedade colonial do Brasil.

No ano de 1682, a Câmara de Paranaguá escreveu uma carta a Roma, endereçada ao padre Geral da Companhia, em agradecimento a uma missão jesuítica, de onde nasceu pedido da casa jesuítica por parte da vila. Serafim Leite atribui a esse documento o princípio da fundação da casa e mesmo do colégio; no entanto o pedido não foi atendido, mesmo após mais outra carta da Câmara dirigida a Roma, em 1685:

Em 1682, conforme petição da Câmara Municipal da Vila de Paranaguá, solicitaram seus habitantes ao Superior Geral da Companhia de Jesus a vinda de padres jesuítas, aptos à educação dos filhos e à realização das chamadas Missões Anuais. Nessa época, os jesuítas já exercem importante papel de educadores na região de Guairá, no outro extremo do Estado (TRAMUJAS, 1996, p. 24).

O motivo para que o pedido não fosse atendido, segundo o autor, foi a falta de recursos financeiros e garantias de subsistência para os padres jesuítas. Um dos aspectos na filosofia educacional jesuítica era o princípio de que se devia dar de graça o que de graça se havia sido recebido.

Segundo as *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*, datada de 1558, na quarta parte capítulo II, somente poderiam ter

⁴¹ Já havia a assistência prestada pela casa de Cananéia, no entanto, não conseguia dar conta de toda a região, em especial, de atender Paranaguá, considerado importante centro tanto por haver disputas tanto entre os colonos e os índios carijó quanto disputas entre colonos portugueses e espanhóis (DAVID CARNEIRO, 1940).

posses materiais os colégios da Companhia de Jesus: “[326] A Companhia receberá a propriedade dos colégios com os bens temporais que lhes pertencem (C), e nomeará para eles um Reitor que tenha o talento mais apropriado ao ofício” (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 122).

Um colégio jesuítico não deveria sobreviver de esmolas, mas sim deveria ter recursos próprios para se manter. No entanto, poderiam haver casos excepcionais:

[331] (...) Em colégios que, com os próprios rendimentos, podem sustentar o corpo docente e ainda doze escolásticos, não se pedirão nem aceitarão esmolas ou presente algum (G), para maior edificação das almas. Se, porém, o rendimento não desse para tanto, poder-se-iam receber algumas esmolas, mas sem as pedir, a não ser que a pobreza fosse tal que obrigasse a solicitar pelo menos a alguma pessoas. Nesse caso, tendo sempre em vista o maior serviço divino e o bem universal, será lícito fazê-lo, e até mendigar por algum tempo de porta em porta, consoante as necessidades o exigirem (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 123)

Era obrigatório que o colégio tivesse posses para se sustentar. Ainda assim, caso houvesse exceções, a solução estava prevista nas *Constituições*. Não há notícia de que em Paranaguá e nas regiões vizinhas os padres jesuítas tivessem precisado sair de porta em porta para pedir esmolas. Pode-se atribuir os poucos bens quando do inventário feito por ocasião da expulsão ao curto período de existência oficial do colégio (WESTPHALEN, 1962).

Os colégios poderiam ainda contar com a ajuda de benfeitores para a inauguração, o que aconteceu em Paranaguá. Muitas doações foram feitas para que se estabelecesse um colégio na Vila.⁴²

(...) foram doados à instituição (casa jesuítica), por Antonio Morato, os bens e alfaias da capela de Nossa Senhora das Mercês, além de gado dos campos de Curitiba, metade da ilha de Cotinga e terras do Varadouro. Em 2 de maio de 1707, a Câmara Municipal doa sete mil cruzados para a construção da igreja, de dois currais, além de 400 cabeças de gado e terras para plantações e pastoreio (WESTPHALEN, 1962, p.)

⁴² Sobre tais doações, Serafim Leite indica um número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: *Revista do Instituto de São Paulo*, XX, anexo à p.694 (SERAFIM LEITE, 2004, v. 06.).

A doação das terras para a implantação de um colégio jesuítico foi, portanto, anterior à fundação da casa, em 1708. Datada de 2 de maio de 1707, a doação também contou com importantes bens materiais para o funcionamento de uma fazenda a fim de sustentar o colégio em Paranaguá. Os mais caros dentre eles eram os dois currais e quatrocentas cabeças de gado.⁴³

O cronista Antônio Vieira dos Santos descreve em detalhes todos os bens e alfaias da capela que foram doados por Antônio Morato:

Imagem da Padroeira, Nossa Senhora das Mercês, com uma coroa de prata e seus mantos.
Dois ornamentos, sendo um de chamalote carmezin, novo, e outro de seda (sic), com pouco uso.
Quatro castiçais, dois de latão e dois de estanho.
Um Missal, um Cálix e uma patena de prata.
Uma alva, toalhas e o mais necessário.
Metade de uma ilha chamada Cotinga.
Uma igreja da dita Senhora na forma em que está acabada.
A pessoa de Antônio Morato para servir aos padres, no que pudesse, sem dinheiro.
Em dinheiro contado 842\$240.
Cem cabeças de gado vacuum nos campos de Curitiba.
Uma casa de quatro cubículos assobradada.
Todas as terras pertencentes ao Varadouro.
Casa para morarem os outros dois padres enquanto durasse a obra do Colégio (VIEIRA DOS SANTOS, 1951, p. 61)

No dia 14 de maio de 1708, a casa, devido às contribuições, pôde ser estabelecida em Paranaguá sob o comando dos padres Antônio da Cruz e Tomás de Aquino, que eram, segundo Serafim Leite, beneméritos da terra. No entanto, o primeiro jesuíta a se dirigir para o interior, segundo Serafim Leite, foi o padre Leonardo Nunes, seguido dos padres Pero Correia e João Souza, ainda em missão pela Casa de São Vicente ou pela Casa de Cananéia.⁴⁴

⁴³ O original do documento de doação dos bens ao colégio da Companhia de Jesus em Paranaguá se encontra no Arquivo Histórico Colonial, em Lisboa. Cecília Maria Westphalen teve acesso aos mesmos, e, a partir de seu texto o conteúdo do documento de doação pôde ser consultado.

⁴⁴ Sobre esses padres podemos encontrar referência em outra obra de Serafim Leite, intitulada *Novas Cartas Jesuíticas*, 1940, p. 207.

A característica missionária da Ordem pode ser observada no fato de que, tão logo a casa jesuítica foi inaugurada, instituiu-se na vila de Paranaguá um seminário da Ordem. A intenção era formar mais padres que viessem a se tornar missionários.

Serafim Leite traz ainda informações a respeito da oficialização do colégio, somente no ano de 1755, no entanto, o colégio já funcionava desde 1752. O texto de Leite traz uma observação que chama a atenção e insere esse episódio em nosso contexto maior. O autor afirma que no meio século em que o colégio existiu – e aqui o autor se refere a todo o período de estabelecimento do colégio, desde a fundação da casa jesuítica – serviu, sobretudo, para propagar a doutrina da Igreja Católica, em um contexto, conforme destacamos anteriormente, de conquista de novos adeptos. É importante lembrar porém, que o poder eclesiástico era, em todo o reino português, parte integrante necessária da administração política. E os padres e religiosos eram também funcionários da coroa portuguesa:

Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos). No período colonial, as atribuições e jurisdições do padroado eram administradas e supervisionadas por duas instâncias juridicamente estabelecidas no Reino português: a *Mesa de Consciência e Ordens* e o *Conselho Ultramarino*. A primeira, criada pelo rei Dom João III em 1532, julgava, por mandato papal e real, os litígios e causas de clérigos e de assuntos ligados às “causas de consciência” (práticas religiosas especialmente). A segunda tratava mais dos assuntos ligados à administração civil e ao comércio. Faziam parte de ambas delegados reais, geralmente doutores em teologia nomeados pela Santa Sé. A união indissociável entre Igreja Católica e Estado português e espanhol marcou a ação colonizatória destes dois reinos em disputa pela hegemonia no comércio mundial no início dos Tempos Modernos e também as ações pastorais de atrair à fé católica os povos nativos das terras conquistadas, e ainda, a luta contra o avanço do protestantismo (ARNAUT TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2006)

O processo que levou ao estabelecimento do colégio, ou seja, desde a fundação da casa até a fundação do colégio, um longo e lento processo burocrático ocorreu. E será tal processo e os documentos contidos em Serafim Leite e no Arquivo do Estado de São Paulo o foco central da discussão que segue.

4.3 Da Casa ao Seminário, do Seminário ao Colégio: o estabelecimento dos jesuítas na Vila de Paranaguá

Conforme indicado, na descrição de Saint-Hilaire há um parágrafo especificamente sobre o colégio, que não foi por ele chamado de colégio:

Os jesuítas tinham um convento em Paranaguá. O prédio ainda existe; mas é bem de ver que êsses padres não dispensaram à sua casa ali o mesmo cuidado que tiveram com a maior parte dos edifícios por êles construídos em outros lugares. É um prédio enorme, muito feio e irregular. Por ocasião de minha viagem, servia de residência ao vigário e não cuidavam de sua conservação (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 156-157).

No parágrafo seguinte não há conexão alguma com o convento. Não há uma explanação mais detalhada, nem alguma consideração. Entretanto, ao descer a serra em direção à Paranaguá, Saint-Hilaire faz referência a uma fazenda dos jesuítas, doação feita pela Câmara de Paranaguá que antes da expulsão fazia parte do estabelecimento dos padres inacianos na região:

A fazenda em que parei, denominava-se Borda do Campo, e pertencera aos antigos jesuítas. Após a sua expulsão, passou o estabelecimento a ser administrado por conta da fazenda real; como, porém, nada produzisse nas mãos dos empregados do rei, puseram-na em leilão. Tem sido esta mais ou menos a história dos estabelecimentos jesuítas, dos quais êsses religiosos sabiam tirar tão grande proveito (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 136).

Aqui cabe um parênteses em relação à administração dos bens dos jesuítas. Ao falar da eficiência dos bens divinos, pode-se direcionar a discussão para o fato de que muitos padres jesuítas eram conhecidos como homens de negócio. Segundo Paulo de Assunção (2004), pode-se afirmar que os religiosos eram zelosos na contabilidade, registrando em detalhes, a produção, os lucros e os prejuízos obtidos com as vendas da produção dos colégios.

Havia uma rígida fiscalização também no que diz respeito à produção nas fazendas dos colégios. Constantes visitas eram feitas aos colégios por padres-procuradores com a finalidade de fiscalizar a produção e, assim, evitar desvios. Essa fiscalização já era prevista por um dos artigos das *Constituições*:

[329] Ocupam-se dos negócios dos colégios fora deles principalmente os procuradores que tratam os assuntos da Companhia na Cúria do Sumo Pontífice ou de outros Príncipes. Mas é o Geral que, guardando as devidas proporções, fixará por si mesmo, ou por outro, a contribuição para estes e outros gastos necessários (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 122).

Paulo de Assunção (2004) destaca o fato de que o comércio entre os colégios em tempos de crise favorecia os padres, uma vez que não dependiam exclusivamente dos produtos coloniais, mais caros devido à carga tributária. Os jesuítas não pagavam a maioria dos impostos que a Coroa cobrava dos colonos. Por essa razão, o autor afirma que:

Para a maioria da população os jesuítas eram “homens de negócio”, pois fabricavam açúcar, vendiam gado, exploravam produtos naturais, operando o sistema como uma empresa, assumindo riscos, além de demonstrarem interesses de otimização dos lucros e redução das perdas e agirem como agentes comerciais na venda de produtos. (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 353)

Continuando com a descrição de Saint-Hilaire, o viajante francês fornece um importante aspecto a ser analisado, para além do econômico:

As terras de Borda do Campo, na realidade, não são muito boas nem as suas pastagens se comparam com as dos Campos Gerais, mas poderemos considerá-las o ponto-chave dos distritos de Curitiba e de Castro. Os religiosos da Companhia de Jesus podiam prestar os melhores serviços aos que subiam e desciam a Serra, e, dessa forma, aumentar a sua influência e alargar o seu círculo de amigos. Não é de admirar fôssem êsses estabelecimentos geralmente de grande proveito para os jesuítas, enquanto que nas mãos do rei se tornassem inúteis. Sabe-se que com que desleixo e má fé era dirigido no Brasil, sob o governo dos soberanos de Portugal, tudo o que concernia ao serviço público. Os jesuítas, pelo contrário, levavam a tôda parte a *ordem* (grifo nosso) e a atividade que outros se esforçavam vãmente por ultrapassar, e, sem falar no amor ao

cumprimento do dever de que se achavam animados, tinham eles esse espírito de classe e esse sentimento de honra que não existiam nos outros em tão alto grau (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 136).

Ainda que a historiografia não analise o colégio jesuítico de forma aprofundada, a presença jesuítica na vila de Paranaguá e as possessões dos padres são sempre mencionadas. Pode-se entender o pedido da câmara de Paranaguá de pelo menos uma missão anual dos padres jesuítas: o objetivo era manter a ordem. O papel que os inacianos desempenharam não somente nessa região, mas em todas as missões espalhadas pelo mundo, foi também o papel de diplomatas. Dizer que a fazenda era um ponto-chave para aumentar o círculo de amizades e a influência na região diz respeito a uma função que não é somente religiosa, mas também política. A análise da atuação dos jesuítas na região supõe também o seu papel político e econômico, para além do aspecto religioso.

A análise do processo que envolveu o estabelecimento do colégio jesuítico de Paranaguá será dividido em dois momentos distintos. O objetivo dessa divisão é a melhor compreensão do processo como um todo, uma vez que se trata de um trâmite muito longo e que esteve inserido em diferentes momentos, em contextos distintos. Serão analisados dois documentos, cada um deles referentes a um desses diferentes momentos.

O primeiro é entendido a partir do primeiro pedido que resultou no estabelecimento da casa jesuítica por parte dos moradores da vila de Paranaguá, no ano de 1682. O segundo consiste no conjunto de documentos que faz parte do trâmite burocrático iniciado com o pedido oficial para o estabelecimento de um colégio da Companhia de Jesus, após a fundação da casa jesuítica em Paranaguá, no ano de 1708.

Em um primeiro momento o pedido por parte dos moradores, representados pela Câmara Municipal, ao Padre Superior da Companhia de Jesus em Roma no ano de 1682 era um pedido de um colégio, de uma casa, ou ao menos de uma missão anual dos padres inacianos na região. Tal carta recebeu resposta do Superior entre os anos de 1682 e 1685, sendo nesse último ano escrita uma nova carta da Câmara agradecendo e reforçando o pedido ao Superior (SERAFIM LEITE, 2004, v. 6, p. 573).

Na primeira carta, assim escreveram os representantes da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá com o primeiro pedido formal pela presença mais constante dos padres inacianos:

Reverendo Padre Geral: - Êste ano logramos o que há muito desejávamos, a doutrina e santa comunicação da Companhia, nos dois Religiosos, que discorreram por estas últimas partes do Brasil em missão instituída por ordem do Príncipe nosso senhor, a quem por êste favor devem êstes povos multiplicadas graças. E porque de tão pio exercício resulta tanto emolumento espiritual na República Cristã, e nestas terras reina tanto a ignorância, ainda do necessário para a salvação, principalmente na gente inferior por falta de Pregadores, fazemos saber a V. Paternidade que será de grande glória para Deus, se nesta Vila de Paranaguá, que nesta costa austral do Brasil é das mais populosas, fôr esta missão permanente e houver uma Casa da Companhia, porque sem a perpétua e vigilante assistência de seus religiosos, não desistirão os incômodos espirituais que aqui se padecem. A Sua Alteza pedimos seja servido tomar a seu cargo esta emprêsa, ou pelo menos ajudá-la. De V. P. esperamos a aprovação dêste intento, e que nos faça mercê dirigir no que devemos obrar para com efeito o logramos, quando, por deméritos nossos, nos não conceda S. Alteza o favor que lhe pedimos. Se no povo houvera quem se pudesse animar por si a esta fundação, já tivera princípio, contudo inda assim oferecemos, para êste efeito, o amor universal de todo êste povo, que com suas pessoas e esmolos se há-de empenhar a esta obra. Enquanto ela não se efectua, pedimos a V. P. mui encarecidamente seja servido ordenar nos não falte pelo menos cada ano missão. O Senhor conserve por felicíssimos anos a religiosíssima pessoa de V. P., e lhe conceda, e à sua sagrada religião, os aumentos e lustres que merece. Em Câmara, nesta Vila de Paranaguá, aos 10 de setembro de 1682, - João Veloso de Miranda, António Luiz Matoso, Luiz da Costa da Silva, José Dias Sampaio, Manuel Lopes Sibrão. (SERAFIM LEITE, 2004, v. 6, p. 573)⁴⁵

A análise do documento pode ser dividida em duas etapas. Primeiro o que aparece evidente no texto e as considerações que podem ser feitas com base no que já foi descrito e discutido. Uma primeira aproximação remete a uma missão jesuítica enviada pelo rei no ano de 1682 (linhas um a cinco) e a gratidão dos moradores por essa ilustre presença dos padres jesuítas na vila de Paranaguá. Fala da importância dos padres, uma vez que predominava a ignorância na vila. Essa ignorância, naquele momento, provavelmente estivesse relacionada sobretudo às tribos

⁴⁵ Esta carta citada por Serafim Leite está no Arquivo Geral da Companhia de Jesus (*Archivum Societatis Jesu Romanum*), de Roma, sob nomenclatura Brasilia (Bras.) 3 (2), 277.

indígenas que viviam nas redondezas, na ilha de Superagüi por exemplo, e que constantemente atacavam Paranaguá (ROMÁRIO MARTINS, s.d.).

Além do aparente, quando há referência a uma “gente inferior” e reclama a falta de pregadores, há o desejo da catequização dos povos indígenas que viviam ainda de maneira “selvagem” nas ilhas próximas à Paranaguá. Catequizar o indígena significava também domesticar e acabar com problemas de invasões de terras e roubo de colheitas, por exemplo.

Quando afirmam que a vila de Paranaguá é a mais populosa da costa austral, está claro o objetivo de justificar a implantação de uma residência fixa dos padres jesuítas. Quando há menção aos incômodos de que padecem a vila os moradores, referiam-se provavelmente, além da questão indígena, a uma elite sem formação intelectual formal na vila. O colégio mais próximo era o de Santos, ao qual foi anexada a casa da vila de Paranaguá no momento de sua fundação.

Serafim Leite traz uma lista dos Superiores da Casa e do Colégio de Paranaguá, bem como as suas atividades literárias. O autor, no entanto, destaca a atuação do padre António da Cruz, uma vez que ele governou três vezes, e faleceu na Vila de Paranaguá, e teria sido intitulado “Apóstolo de Paranaguá” (2004, v. 06, p. 578). Segue a lista dos padres que ali atuaram, e os respectivos anos em que estiveram à frente da Casa de missões e do Colégio:

- P. António da Cruz (1707)
- P. P. Tomás de Aquino (1716)
- P. Vito António (1717)
- P. Manuel Amaro (1720)
- P. João Gomes (1725)
- P. António da Cruz, 2ª vez (1732)
- P. Estalinou Cardoso (1735)
- P. Francisco Gomes (1739)
- P. Manuel Rodrigues (1740)
- P. António da Cruz, 3ª vez (1741)
- P. Caetano Dias (1743)
- P. Lourenço de Almeida (1748)
- P. Manuel Martins (1751)
- P. Cristóvão da Costa (1752) (SERAFIM LEITE, 2004, v. 06, p. 578)

Já havia sido nomeado o sucessor do P. Cristóvão da Costa no ano de 1760, no entanto, devido ao decreto da Lei Pombalina que expulsava os jesuítas do reino português, ele ficou retido no Rio de Janeiro.

O segundo momento se trata propriamente do processo burocrático para o estabelecimento do colégio, que teve um início conflituoso entre o clero e o Ouvidor Rafael Pires Pardiniho, conflito relacionado aos bens doados pelos moradores e pela Câmara de Paranaguá na ocasião da fundação da casa, sobre os quais as partes mencionadas não chegavam a uma posição em comum. Faz parte desse segundo momento a primeira representação da Câmara, escrita no ano de 1722, que pedia abertamente a fundação de um colégio, que assim foi transcrita por Serafim Leite:

Muito Reverendo Padre Provincial Manuel Dias: Como a assistência dos Reverendos Padres fôsse de tanta utilidade para o bem de tantas almas, não só nesta vila, mas também nas circunvizinhanças dela, desejava este Senado fosse permanente, para o que era precisa a licença de Sua Majestade que Deus o guarde. E como nos víssemos tão destituídos de meios para o solicitar, encarregou-se deste cuidado o Reverendo Padre Superior, que então assistia. E quando nos assegurávamos na posse com tão segura intercessão, viemos a experimentar tanto ao contrário, que não só não temos a licença que pretendíamos, mas nem a assistência dos Reverendos Padres, porque o Reverendo Padre Provincial José Bernardino, sem o significar por carta sua a este Senado, mandou recolher aos ditos Padres sem atender ao prejuízo que causava tanta falta. Porém como tenhamos notícia de que Vossa Paternidade é dignissimamente promovido à mesma dignidade, imploramos de Vossa Paternidade para que pondo os olhos na Maior Glória de Deus se digne de restituir-nos o bem que tanto desejamos, na assistência dos Reverendos Padres, te ordem de Sua Majestade, a quem de novo nós recorremos para a concessão da licença para a fundação que tanto suspiramos. Também nos valem de Vossa Paternidade nos patrocine a que estas cartas vão à mão do Reverendo Padre António Cardoso, para que nos patrocine com sua Majestade, que Deus guarde e Vossa Paternidade com o dito Reverendo Padre. Feita em Câmara de Paranaguá, em 5 de Outubro de 1722 anos. Humildes servos de Vossa Paternidade, João Neto Mendes, Brás Lopes Ferreira, Francisco da Costa Farto, João da Veiga, António Rangel, Manuel Ferreira do Vale. (apud SERAFIM LEITE, 2004, v. 6, p. 576)⁴⁶

⁴⁶ Esta carta citada por Serafim Leite se encontra no Arquivo Geral da Companhia de Jesus (*Archivum Societatis Jesu Romanum*), de Roma, sob nomenclatura – Brasilia (Bras.) 4, 248.

Essa carta foi endereçada ao provincial Manuel Dias, mas claramente há a intenção de que ele a encaminhe ao rei (linhas 20, 21 e 22). Um colégio só poderia funcionar na colônia, bem como qualquer outra instituição, com uma Ordem Régia (linhas 5 e 6). Em 07 de novembro de 1722 a Câmara recebeu a resposta do padre Manuel Dias. O Provincial noticiava que havia encaminhado a primeira e a segunda via da carta recebida por ele da Câmara Municipal de Paranaguá para o rei, e que havia pedido ao Padre Geral da Companhia de Jesus a renúncia de seu cargo para lecionar *Latinidades* no futuro colégio de Paranaguá.

Esse pedido resultou de uma turbulência entre o Ouvidor Pardino e os padres jesuítas em relação aos bens materiais. Um colégio jesuítico somente poderia funcionar se fosse auto-suficiente. Para tanto, recebeu muitas doações dos moradores quando da instalação da Casa.

Essas doações provocaram um conflito entre o então Ouvidor, Rafael Pires Pardino, e o Superior da Casa de Paranaguá, Manuel Amaro. O Ouvidor Pardino, como era chamado, contestava a doação de metade da ilha de Cotinga aos padres jesuítas, doação esta que visava tornar os padres auto-suficientes para que então o rei de Portugal, Dom João V atendessem a representação da Câmara e os jesuítas obtivessem Ordem Régia para fundar o colégio:

A demanda possessória em torno das doações realizadas em favor da Companhia entrementes continuava, retardando o cumprimento do desejo dos próprios moradores da Vila, ou seja a construção do Colégio. Os jesuítas embargavam medições de terras no Superaguí e no Ararapira, porém a Câmara, conforme determinação da Coroa, observava os provimentos de Pardino (WESTPHALEN, 1962, p. 07).

O Ouvidor Pardino aparentemente não era contra a fundação do colégio, no entanto, estava bastante receoso em relação aos bens doados à Companhia de Jesus.

Esse cuidado com a expansão da propriedade dos jesuítas também pode ser entendido a partir de uma *Representação da Câmara de Paranaguá* contra os jesuítas, datada de 27 de janeiro de 1743, acusando os padres de avançarem com

os pilares do colégio 100 braças de terras e um lugar chamado Ribanceira (REPRESENTAÇÃO, 1743).⁴⁷

Esse documento de 1743 foi assinado, entre outros, por Domingos Correa, e endereçado ao General Dom Luis Mascarencos, e é um exemplo da preocupação das autoridades em relação às terras doadas aos jesuítas em Paranaguá. Em trecho da representação, a Câmara de Paranaguá exige que em no máximo dez dias, a partir da data da carta, os padres restituíssem as terras invadidas e fizessem novas demarcações (ANEXO B). O receio que se tinha em Paranaguá em relação aos bens dos padres jesuítas refletia a realidade colonial. Os colonos cada vez mais se preocupavam, e logo também se preocupou a coroa portuguesa, com o fortalecimento dos padres, bem como os inúmeros bens materiais que possuíam, além do controle sobre os índios nas reduções.

Na primeira metade do século XVIII, o conflito entre colonos e jesuítas se acirrou, e, mais que isso, a administração pública portuguesa também temia o avanço do chamado império jesuítico:

A preocupação com o cultivo e a exploração das terras de forma a garantir a estrutura da Companhia colocou-a em consonância com a lógica da colonização da época moderna. O empreendimento jesuítico era parte de uma ação colonizadora que almejava, por meio da circulação de mercadorias, efetivar o poder da fé. (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 251)

Eram também os colégios unidades produtivas, inclusive contando com escravos e dinamizando a economia da região em que estavam instalados. No entanto, a atuação dos padres jesuítas não era mais vista como necessária desde o início das hostilidades entre políticos e padres jesuítas. Esse conflito, que culminou com a expulsão dos jesuítas, não pode ser entendido somente no campo ideológico, mas sobretudo nos campos político e econômico.

A riqueza dos padres começava a incomodar a Coroa Portuguesa, bem como a autonomia das reduções, dos colégios e sua auto-suficiência (DE ASSUNÇÃO, 2004). Pode-se explicar, a partir disso, a resistência da Coroa Portuguesa em permitir a fundação de um colégio jesuítico em uma posição militar e

⁴⁷ A Representação encontra-se em anexo (ANEXO C).

economicamente estratégica. O fato indica que já no início do século XVIII havia grandes disputas políticas no reino português.

Pode-se entender essa separação em dois momentos distintos: do século XVII para o XVIII os propósitos e objetivos do projeto colonizador português também se diferenciaram do primeiro século de atuação dos padres jesuítas no Brasil-Colônia. Lê-se em Bittar e Ferreira Junior:

Já no final do século XVI, os jesuítas passam a preferir as “letras” e a privilegiar a pregação para os portugueses, conforme os documentos consultados. A catequese, embora não abandonada, deixou de ser prioridade. Sobre essa mudança de rumo na ação educativa jesuítica, as cartas registram razões sempre recorrentes. As queixas e frustrações pelos resultados insatisfatórios obtidos com os índios, que logo retornavam aos seus antigos costumes, são as principais. Mas, na verdade, a catequese acaba secundarizada porque é o próprio extermínio imposto pelo padrão colonizador português que se sobrepõe à tarefa de conversão. (2004, p. 174)

Tal mudança pode ser observada, por exemplo, ao se consultar as cartas escritas pelos padres no período, bem como as peças de teatro escritas pelo padre José de Anchieta. Ao se ler e analisar as peças em uma ordem cronológica, percebe-se que suas últimas peças escritas não deixam de se preocupar com a catequese, mas agregam à mensagem central de redenção até mesmo questões políticas locais.⁴⁸

Assim, pode-se pensar que em um primeiro momento claramente os colonos da vila de Paranaguá sentiam a necessidade das primeiras letras para os ensinamentos catequéticos. Fica enfatizado tal desejo na primeira carta escrita e analisada anteriormente. Os conflitos entre colonos e índios, que nas regiões que primeiro foram colonizadas já haviam sido amenizados com a ação missionário-catequética dos padres jesuítas, acirravam-se nessa região que foi povoada e colonizada posteriormente.

⁴⁸ Um exemplo claro dessa preocupação para além da catequese é encontrado na décima primeira peça de teatro escrita por Anchieta, intitulada *Na Vila de Vitória* ou *Auto de São Maurício*, encenada no final do século XVI, mais precisamente no ano de 1595. Pode-se notar, portanto a mudança do foco, da catequese para questões políticas, do indígena para o colono: “Esse auto trata da temática do bem que vence o mal, mas não traz muitos elementos da cultura indígena. Relata mais a confusão política da vila e atribui às mesmas aos feitos de Lúcifer. Não consiste aqui em ensinar os índios, mas sim os colonos, os habitantes da vila, a passarem por aquela crise. Parece coerente afirmar que outra indicação desse dado é o fato de que esse auto foi escrito somente em português e castelhano, não tendo a presença do tupi” (RUCKSTADTER, 2005, p. 55).

Após a fixação de uma residência dos padres inacianos na Vila de Paranaguá, e concretizada a catequese dos Carijó na região, outra era a intenção do pedido da fundação de um colégio. A função do ensino das primeiras letras objetivando a catequese já havia cumprido seu papel, que era amansar os índios da região e propagar a fé católica conquistando novos fiéis. Além disso, o ensino da língua portuguesa, conforme já mencionado, era importante aspecto da fixação dos portugueses na região. Significava a efetivação e legitimação da conquista e do povoamento das terras limítrofes.

O momento exigia a formação do próprio colono. A instrução de seus filhos motivava o pedido de um colégio na Vila. Alceo Tramujas, quando fala da educação em Paranaguá, ressalta que:

(...) a preocupação com a educação de toda uma comunidade (...) vem do tempo dos colonizadores pioneiros (...) apesar dos poucos esforços da Coroa portuguesa em suas colônias. Portugal tinha como objetivo dificultar a divulgação da cultura entre os colonizadores, mas os povoadores de Paranaguá eram, em sua maioria, pessoas dotadas de certa educação intelectual, moral e religiosa. Pertenciam a famílias vicentinas, que aqui aportaram em missões de caráter militar, para defender portos e sertões (TRAMUJAS, 1996, p. 33).

Esse mesmo autor continua dizendo sobre a educação em um período anterior ao estabelecimento do colégio jesuítico:

Sabendo ler e escrever, os povoadores transmitiam essa escolaridade aos demais habitantes, por volta de 1649, mesmo não existindo registros oficiais da existência de escolas régias, para o ensinamento primário (TRAMUJAS, 1996, p. 33).

Antes mesmo da existência da Casa de Missões Estável dos padres jesuítas, tem-se notícia, portanto, da tentativa dos colonos de instruir seus filhos. O pedido do colégio nasceu, assim, do desejo dos colonos em instruírem seus filhos. Não obstante, apesar desse ter sido o motivo que iniciou o processo de estabelecimento dos padres jesuítas na vila de Paranaguá, suscitou importantes conseqüências do ponto de vista político, econômico e social. Podemos apontar como as principais conseqüências a pacificação dos indígenas, a ocupação portuguesa de uma região

de limites em um momento que Portugal e Espanha estavam em conflito devido aos territórios conquistados por Portugal e que estavam para além da linha imaginária do antigo Tratado de Tordesilhas.

Um destaque desse segundo momento foi a cristalização do confronto entre os jesuítas e a administração portuguesa, que se tornava cada vez mais evidente. Esse conflito ia muito além da Vila de Paranaguá. Ele estava enraizado na sociedade colonial brasileira como um todo. Vários foram os motivos de conflitos entre os padres jesuítas e os colonos. Mas o mais freqüente dizia respeito aos bens dos padres inacianos e as riquezas advindas de doações que eles tão bem, administravam. Havia uma preocupação em entregar os bens que haviam sido doados pelos moradores aos padres jesuítas. Era somente o início de um processo de fortalecimento das instituições dos jesuítas e que levou à expulsão dos padres de todos os domínios portugueses no ano de 1759. No entanto, antes mesmo da política pombalina que acusava os padres de representarem um atraso na sociedade colonial, existiram conflitos entre os colonos e os jesuítas. Há vários documentos que narram vários conflitos entre colonos e jesuítas, especialmente na região dos Sete Povos e Colônia do Sacramento.

Em trabalho realizado no Arquivo do Cosme Velho, no Rio de Janeiro, Marcos Carneiro de Mendonça (1989) levantou documentos referentes ao século pombalino (século XVIII). Nessa compilação há pelo menos quatro cartas sobre os conflitos entre padres jesuítas e colonos, sendo que duas delas foram endereçadas ao rei de Portugal. Dessas quatro cartas uma relata os conflitos existentes anterior ao governo de Pombal (1989, p.139). Outra, escrita por Marco Antonio de Azevedo Coutinho ao P. Antonio Cabral no ano de 1750, solicita padres jesuítas para serem demarcadores de terras, o que também provocou desavenças com os colonos (1989, p. 273). Em carta endereçada ao Rei de Portugal, enviada por Jorge Soares de Macedo, em 15 de dezembro de 1682 lê-se:

(...) porém como este governador se regia em tudo pelos Padres Jesuítas mais empenhados que todos ou somente empenhados na nossa expulsão por respeito das suas reducções que se compõem dos Índios do Brasil, vassallos de V.A. e terras daquelle Estado em que são intruzos (apud MENDONÇA, 1989, p. 43).

Após essa análise, pode-se nesse momento voltar aos questionamentos iniciais. O primeiro diz respeito ao entendimento do motivo que teria levado os moradores da Vila de Paranaguá a reivindicarem um Colégio Jesuítico na região. O segundo, trata-se do longo processo de cerca de meio século que envolveu a fundação do Colégio Jesuítico de Paranaguá.

As duas cartas mencionadas devem ser entendidas sim como o desejo dos moradores de Paranaguá, mas será que de toda a população? Ao analisar um pedido oficial que partiu da Câmara de Paranaguá, pode-se afirmar que todos os moradores da Vila e dos arredores de Paranaguá desejavam a atuação jesuítica da catequese? Será que os índios Carijó desejavam aprender as primeiras letras e se converterem à fé católica? O que dizer dos escravos? O pedido oficial partiu da elite interessada em educar seus filhos, mas, conseqüentemente, serviu também como argumento para a ocupação portuguesa efetiva da região, e também foi importante uma vez que os padres da Companhia de Jesus eram a presença de uma autoridade que representava também a Coroa, visto que, pelo regime do Padroado, Igreja e Estado eram um só no reino português.

Quanto ao longo tempo que levou o estabelecimento efetivo do colégio dos padres jesuítas na vila de Paranaguá, de 1708 a 1755, pode-se atribuir ao trâmite próprio do Brasil-Colônia. Todavia, o ouvidor Rafael Pires Pardini foi em grande parte responsável pelo atraso, visto que embargou as obras do colégio ao contestar as doações feitas aos jesuítas pela Câmara de Paranaguá, especialmente as que diziam respeito à terras, como por exemplo, metade da ilha de Cotinga.

É importante também, avaliar os bens do Colégio jesuítico de Paranaguá e o que aconteceu a eles por ocasião da expulsão dos jesuítas, não somente de Paranaguá, mas de todos os domínios de Portugal no ano de 1759.

Tão logo os padres jesuítas foram presos e deportados, foi feito o seqüestro dos seus bens na Vila de Paranaguá. Foi feito quase que imediatamente, no dia 19 de janeiro de 1760, pelo Desembargador Serafim dos Anjos Pacheco de Andrade, que foi a Paranaguá para fazer o confisco e o inventário dos bens do Colégio. Os padres que ali assistiam no momento da expulsão eram Cristóvão da Costa, o vice-reitor do colégio, os padres José Rodrigues de Melo, António de Souza e Pedro dos Santos, e o irmão Manuel Borges. Após o seqüestro dos bens, esses padres que ali

estavam foram levados em fevereiro de 1760 para o Rio de Janeiro, de onde deveriam partir para a Europa, exilados (SERAFIM LEITE, 2004, v. 06, p. 578).

Esse seqüestro incluía não somente os bens do colégio, mas também as fazendas de terras que os jesuítas possuíam em Superagüi, em Boguassu ou Emboguassu, no Rio Cubatão e Borda do Campo (WESTPHALEN, 1962, p. 09). Essa última é a mesma fazenda noticiada por Saint-Hilaire, que se encontrava em decadência, mas que havia sido muito produtiva quando estava nas mãos dos padres da Companhia de Jesus.

Foram feitos posteriormente mais dois inventários: um, no ano de 1771, por Lourenço Maciel de Azamor; e outro em 1803 ordenado pela Real Junta da Fazenda. Foi decidido neste último a venda em praça pública das fazendas dos jesuítas.

Segundo Westphalen, várias eram as conjecturas feitas a respeito do destino do tesouro dos padres jesuítas da Vila de Paranaguá. Cronistas da História do Paraná e do Brasil, como Vieira dos Santos, apenas faziam suposições a respeito. No entanto, reunindo documentos dispersos, a autora conseguiu explicar o destino dessas jóias. A partir de suas constatações, pode-se entender um pouco mais sobre o colégio jesuítico de Paranaguá, e o que ele representou na historiografia e na história. Enquanto as suposições eram as de que os tesouros eram muitos e haviam sido extraviados ao longo dos inventários e confiscos, Westphalen concluiu, a partir de documentos históricos, que o colégio era relativamente pobre em comparação aos demais.

As fazendas foram a principal preocupação no seqüestro dos bens dos jesuítas, sendo vendidas e o dinheiro revertido para a coroa. Já os bens do colégio e da igreja anexa a ele foram entregues a um capelão que manteve a conservação dos bens e alfaias e as missas na igreja (WESTPHALEN, 1962, p. 10). Já o prédio do colégio foi ocupado somente em 1821, por determinação do governo da província de São Paulo para servir de quartel às tropas do Coronel Governador Miguel Reinardo Bilstein. Ficou nessa situação até o ano de 1832, quando iniciaram os primeiros pedidos para reformas no prédio (WESTPHALEN, 1962).

Em 1838, parte do prédio foi ocupada pela irmandade da Santa Casa de Misericórdia, com o intuito de transformá-lo em um hospital, o que não se

concretizou devido aos enormes gastos para se fazer os reparos necessários. Dois anos depois chegava a autorização para a reforma, e no ano de 1841 passou a funcionar em uma das salas uma classe primária. A igreja, que havia se tornado ruínas, foi demolida em 1896.

Por meio dos inventários se pode recontar a história da igreja anexa ao colégio, e entender um pouco sua organização, riqueza e as imagens veneradas em Paranaguá. Havia na igreja uma Nossa Senhora das Neves, que era padroeira de Iguape. Pode-se explicar a presença dessa imagem uma vez que o reitor do colégio de Paranaguá, o padre Antônio da Cruz, havia sido vigário em Iguape. As outras imagens cultuadas eram a de Santo Inácio de Loyola, Nossa Senhora do Terço, São Francisco de Paula e Santo Amaro, que estavam no altar principal da igreja segundo consta dos inventários. Essas imagens foram transferidas para a Capelinha, a capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões, juntamente com 12 castiçais, sendo 10 de latão, e 2 de casquinha. Curiosamente uma cruz de prata que estava na relação dos bens não foi transferida para a Capelinha, nem foi remetida à Tesouraria Provincial com as demais jóias e alfaias de ouro e prata. Apesar de constar nos bens no inventário feito em 1850, ficou em posse provavelmente de um dos depositários dos bens dos padres jesuítas.

Por meio da relação das alfaias e jóias, pode-se notar que alguns objetos sagrados que fazem parte do culto católico não estão descritos, tais como castiçais, vasos para os óleos, turíbulos, jarras, ostensórios, entre outros. A constatação que pode ser feita é que ou houve um desvio dos objetos de ouro e prata fundamentais à celebração da missa, ou eles nunca existiram “o que implica em reconhecer a pobreza da igreja de Paranaguá, não somente no confronto com outras, as quais de fato eram maiores e mais ricas, como ante as outras igrejas e irmandades da própria Vila de Paranaguá” (WESTPHALEN, 1962, p.18).

Se comparadas às alfaias e jóias do tesouro da Capela Imperial do Rio de Janeiro, torna-se evidente a diferença entre os outros colégio e igrejas jesuíticas da colônia e a de Paranaguá. Enquanto a avaliação dos bens em ouro e prata de Paranaguá totalizava 442\$680 (quatrocentos e quarenta e dois mil réis e seiscentos e oitenta réis), a do Rio de Janeiro era de 111.629\$160 (cento e onze mil, seiscentos e vinte e nove mil réis e cento e sessenta réis). No entanto, não está claro se a igreja

era mais pobre ou se, devido ao curto tempo de existência oficial do colégio os jesuítas não reuniram um tesouro maior (WESTPHALEN, 1962, p. 20-21).

Apesar de ter existido por um curto período de tempo, a atuação dos padres jesuítas aconteceu na região da Vila de Paranaguá desde 1708, conforme nos indica a documentação. Além disso, sua atuação no Brasil-Colônia figura mais de dois séculos de domínio no âmbito educacional, o que torna a omissão dessa atuação na historiografia algo grave.

Desde o estabelecimento da Casa de Formação em Paranaguá em 1708, os padres jesuítas atuaram na vila de Paranaguá em vários aspectos. Sua presença representava prestígio à vila, uma vez que os padres jesuítas eram também importantes figuras políticas no Brasil-Colônia. Por esse motivo os moradores pediram insistentemente um colégio da Companhia de Jesus em Paranaguá. No entanto, as autoridades temiam que a Companhia de Jesus se enriquecesse com as doações de bens e de terras, que eram obrigatórias para que se fundasse um colégio em qualquer parte do mundo, conforme determinação das *Constituições*. Por esse motivo, o trâmite do processo que pretendia estabelecer o colégio naquelas terras durou quase meio século.

5. CONCLUSÃO

A atuação pedagógica dos padres da Companhia de Jesus no Brasil Colonial foi preponderante e decisiva. Em mais de dois séculos (1549-1759), os jesuítas escreveram peças de teatro, sermões, fundaram casas de primeiras letras e também colégios. Mesmo constatada tal preponderância na prática educacional, o tema ainda é pouco estudado.

O estudo da Companhia de Jesus suscita polêmicas, tal qual a Ordem também suscitou quando da sua fundação. Amados ou odiados, por muito tempo também os estudos sobre os jesuítas estavam permeados ou por defesas desmedidas, geralmente feitas por religiosos, ou por acusações calorosas. A justificativa para não retomar tais discussões é a de que já foi dito tudo sobre o assunto. Mas acreditamos que há ainda muito que estudar sobre a atuação pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia, e foi com o intuito de retomar os debates sobre esse importante período da história que esta pesquisa se realizou.

O recorte feito priorizou a ação dos padres inicianos no sul da então colônia portuguesa, mais especificamente na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, situada atualmente em território paranaense. Na Vila de Paranaguá foi fundado um colégio jesuítico, pouco (ou quase nada) estudado, o que justifica o recorte feito.

A presença jesuítica em Paranaguá é datada de 1708, mas foi somente em 1752, e oficialmente em 1755, que foi fundado o colégio jesuítico. Antes da fundação do colégio os padres jesuítas assistiam os moradores de Paranaguá e da circunvizinhança com os sacramentos, a catequese, rezando missas, entre outros, e estavam estabelecidos em uma casa jesuítica anexa ao Colégio Jesuítico da Vila de Santos.

Foi somente com a fundação do colégio que se iniciaram os trabalhos de instrução dos filhos dos colonos, juntamente com um seminário para futuros membros da Companhia de Jesus. É importante destacar que a fundação do colégio de Paranaguá estava inserida em um segundo momento da atuação dos padres da

Companhia de Jesus, nos séculos XVII e XVIII, que difere em objetivos e ações dos primeiros padres que aqui chegaram, nos primeiros tempos, ou seja, no século XVI.

Não se pode omitir o fato de que a atuação da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia fazia parte de um projeto maior, o projeto colonizador português. Apesar de no momento da colonização, o século XVI, os portugueses, de um modo geral, vissem o mundo de um modo religioso – o *orbis christianus* herança da Idade Média – os interesses do capitalismo comercial prevaleceu sobre os interesses religiosos.

Portanto, é preciso entender a ação dos padres jesuítas dentro dessa visão de mundo e das práticas mercantis. O regime do padroado que unia a Igreja ao Estado foi fator fundamental para a manutenção dessa visão de mundo, onde os padres jesuítas também eram funcionários da coroa portuguesa, e os governantes se viam como designados por Deus para seus cargos políticos e administrativos.

Na Vila de Paranaguá, bem como em qualquer outro lugar onde se estabeleceram no Brasil-Colônia, além de ministrar os sacramentos, instruir os filhos dos colonos e catequizar os povos nativos, os padres inicianos administraram fazendas de gado, de onde tiraram o sustento das casas de primeiras letras e dos colégios jesuíticos.

A Companhia de Jesus possuía inúmeros bens, especialmente terras, sem as quais não teriam provimentos necessários para os colégios onde atuavam. Os colégios nem poderiam ser fundados se não houvesse uma fonte de renda própria para seus sustentos, fonte esta que deveria ser doada como posse oficial da Companhia de Jesus.

No caso de Paranaguá, além da doação da capela já existente na vila com todos os seus objetos litúrgicos, de ouro prata e latão, foram doadas terras valiosas, sendo elas metade da Ilha de Cotonga e as terras do varadouro, regiões de fazendas férteis.

Conclui-se que a fundação do colégio jesuítico na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá se enquadrou no processo mais amplo da história da educação colonial e também do projeto colonizador da coroa portuguesa. Significa que o colégio estava voltado para a educação dos filhos dos colonos, e esta instrução foi sustentada financeiramente por terras doadas, à Companhia de Jesus pelos moradores da Vila. Os padres jesuítas eram, portanto, além de homens

religiosos, dentro da lógica que regia a colonização das novas terras, homens de negócio, verdadeiros fazendeiros.

A razão maior para que os moradores da vila de Paranaguá manifestassem seu desejo pela instalação de um colégio, ao menos de uma casa jesuítica, na região pode ser entendido se levarmos em consideração os diferentes momentos de atuação dos padres inicianos no Brasil-Colônia.

É da superação dos primeiros tempos, os chamados “tempos heróicos”, que se obtém a resposta para tal indagação.⁴⁹ Nesse primeiro momento, o objetivo maior dos padres jesuítas era a catequização dos povos nativos. Dentro do espírito da Contra-Reforma Católica, o intuito era aumentar o rol de membros da Igreja Católica, convertendo os índios em servos do Deus cristão. As casas de primeiras letras, as gramáticas da língua tupi, escrita pelo padre José de Anchieta e os manuais de catecismo escritos nas línguas tupi e portuguesa marcaram a atuação dos primeiros padres na catequese do gentio.

No século XVI foram fundados os primeiros colégios da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia. Um fato histórico que impulsionou a fundação dos colégios foi a necessidade dos padres jesuítas em obterem bens materiais para financiar suas missões. De acordo com as Constituições dos jesuítas, aprovadas em 1558, somente os colégios podiam aceitar doações e ter a posse de terras, por exemplo. Cresceu a oposição às casas de bê-a-bá, projeto defendido pelo padre Manuel da Nóbrega, e passou a ser defendida a criação de colégios. Um dos padres jesuítas que defendeu esse novo projeto foi Luis da Grã. Assim, foram fundados os primeiros colégios de Olinda, Salvador e do Rio de Janeiro ainda no século XVI.

Após esses “tempos heróicos”, devido à pacificação e extermínio da população indígena, sobretudo no litoral do nordeste, o objeto da catequese foi desaparecendo. Na medida em que diminuía em número a população indígena, aumentava a população portuguesa, o número de colonos. Por esse motivo, os padres jesuítas voltaram suas ações à instrução dos filhos dos colonos. A partir de então, a Companhia de Jesus passou a se ocupar do ensino das elites agrárias nos Colégios Jesuíticos e da burocracia administrativa metropolitana, afinal, eram os

⁴⁹ Denominam-se “tempos heróicos” o século XVI, ou seja, a atuação dos primeiros padres jesuítas no Brasil-Colônia.

padres jesuítas também funcionários da coroa portuguesa (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2006).

Quanto à demora para o estabelecimento do colégio na vila de Paranaguá, pode-se relacioná-la com a propriedade das terras doadas onde se construiu o Colégio Jesuítico, e que garantiu o seu sustento material. Eram essas fazendas doadas aos padres jesuítas unidades produtivas e além de prover o sustento do colégio, dinamizavam a economia de toda a região.

Tal característica não aconteceu somente no Colégio de Paranaguá, mas em todos os colégios da Companhia de Jesus fundados no Brasil-Colônia. Ou seja, as doações das terras para a fundação do colégio aconteceram de maneira tardia em relação ao primeiro pedido para o estabelecimento dos padres nas circunvizinhanças de Paranaguá.

Mesmo após as doações terem sido feitas por um morador da vila, Antonio Morato, o impasse maior que se estabeleceu foi o embargo das obras já iniciadas da construção do colégio pelo então Ouvidor Rafael Pires Pardiniho. Uma questão administrativa fez arrastar por quase meio século a fundação do colégio. Curioso é o fato de que o Ouvidor não contestou a doação de objetos litúrgicos de ouro e prata, tais como cálice, patenas e crucifixos.

O provimento de número 60 do ano de 1720 embargava somente a posse e a medição das terras doadas, especialmente metade da Ilha de Cotinga e as terras do Varadouro. O Ouvidor chegou também a contestar a posse da capela de Nossa Senhora das Mercês aos jesuítas. No entanto, foi barrado por mais uma representação, no ano de 1722, pedindo a permanência dos padres e a fundação do colégio. Motivo de discussão que ressurgiu em 1743, quando já havia se resolvido essa primeira questão, com uma Representação, documento inédito até então, que denunciava que a construção do colégio jesuítico havia ultrapassado os limites de posse estabelecidos nas demarcações que doavam as terras à Companhia de Jesus. Mais de 100 braças haviam sido invadidas, o que gerou novamente um clima tenso entre os padres jesuítas e as autoridades administrativas da Vila de Paranaguá.

Pode-se concluir que a construção do Colégio Jesuítico de Paranaguá foi se arrastando na medida em que esbarrava nessas questões burocráticas. Essas

questões administrativas figuravam, sobretudo, uma preocupação maior em relação à crescente posse de bens que a Companhia de Jesus conquistava em seu nome.

Procurou-se entender também, secundariamente, o motivo pelo qual os manuais de história e história da educação omitiram a atuação dos jesuítas na Vila de Paranaguá e a fundação de um Colégio. Verificou-se que não se trata de uma omissão intencional, específica sobre o tema. Os manuais, tanto de História quanto de História da Educação, pouco ou quase nada falam sobre o período colonial, tampouco sobre a presença jesuítica no Brasil-Colônia. A predominância nos manuais sobre a história da educação no Brasil, que possuem abrangente proposta, ainda é o do período republicano, ou seja, são priorizadas as discussões sobre os séculos XIX e XX.

Dentre os manuais mais lidos nos cursos de pedagogia está a *História da Educação no Brasil*, escrito por Otaíza Romanelli em 1970 e que já está em sua 29ª edição. A autora pouco dedica à atuação educacional dos jesuítas no Brasil-Colônia. Não se trata de uma obra exclusiva sobre os jesuítas, mas há uma clara diferença em relação às páginas dedicadas aos séculos XIX e XX (BITTAR, FERREIRA JUNIOR, 2006). Além disso, Otaíza Romanelli adota uma perspectiva impregnada de anti-jesuitismo.

A autora considera a educação jesuítica como sendo uma educação elitista, além de afirmar que a ação educativa jesuítica não está relacionada à realidade colonial. Faz, pois, uma análise anacrônica, uma vez que são distintos os períodos de ação da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia, e que as ações dos padres inicianos estavam sempre relacionadas ao projeto colonizador português.

Em um levantamento feito recentemente por Bittar e Ferreira Junior, foi constatado que o tema está cada vez mais escasso também em capítulos de livros e artigos. Afirmam os autores que os poucos estudos que existem ainda trazem “dois inconvenientes: a repetição de uma mesma questão em vários autores diferenciados e a ausência de um fio condutor que faculte a compreensão metódica da educação jesuítica no Brasil Colonial” (2006, p. 11). Notaram a ausência de uma unidade, de um livro tratando especificamente do tema, e concluíram que os estudos sobre a Companhia de Jesus no Brasil-Colônia, além de poucos, são fragmentados.

Retomar um tema de pesquisa como a atuação da Companhia de Jesus é acreditar que a história está em constante movimento e é um processo. Por isso necessita ser constantemente reescrita (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2006, p. 20). Ainda mais quando dentro desta temática maior, que é a atuação da Companhia de Jesus, há um tema pouco recorrente na historiografia, como é o caso do Colégio de Paranaguá.

As periodizações clássicas em história da educação são pautadas pelo viés político ou econômico, e em ambos os casos, a ação pedagógica da Companhia de Jesus no Período Colonial é pouco (ou nada) discutida. Além de terem atuado por mais de 200 anos no Brasil-Colônia, os padres jesuítas participaram ativamente de questões políticas e econômicas, além de sua ação missionária. Faziam parte também de um projeto maior, o projeto colonizador português, no contexto do mercantilismo. Foram ainda responsáveis pelo início da formação do que hoje é a cultura brasileira, e com o seu trabalho de catequese junto aos índios foi possível a manutenção da cultura indígena.

Na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá fundaram um colégio que inaugurou o ensino secundário no Estado do Paraná, mas, mais que isso, a ação pedagógica jesuítica se estendeu por toda a redondeza. As fazendas da Companhia de Jesus em Paranaguá e na circunvizinhança estavam ligadas ao sustento do colégio, e dinamizavam a economia de toda a região.

Pela análise dos documentos se pode concluir que o pedido do colégio jesuítico feito pelos moradores de Paranaguá visava atrair para a vila todo o prestígio de que a Companhia de Jesus desfrutava. Além de autoridades religiosas, os padres eram também ilustres figuras políticas. O fato de o expediente burocrático que aprovou a fundação do colégio na vila ter sido moroso está intrinsecamente relacionado ao próprio sistema burocrático português implantado na colônia. No entanto, houve conflitos com as autoridades. Nesse caso se pôde constatar na documentação um conflito com o então Ouvidor Rafael Pires Pardino. Eles acabaram por atrasar ainda mais a aprovação real para o funcionamento do colégio. Esses conflitos diziam respeito sobretudo às doações de terras feitas à Companhia de Jesus, doações sem as quais não se poderia fundar um colégio jesuítico de acordo com as *Constituições*.

Esperava-se analisar os motivos que levaram à fundação do Colégio de Paranaguá em um momento de conflito entre colonos e jesuítas. No entanto, após efetivada a pesquisa, verificou-se que esses conflitos não chegaram a atingir a vila de Paranaguá. Até a lei que expulsava os jesuítas o colégio funcionou com o apoio da população.

Apesar das especificidades da presença jesuítica em Paranaguá a atuação dos padres inicianos naquela vila estava inserida no contexto maior da colonização portuguesa em todos os seus aspectos: políticos, econômicos e sociais. Além de estar em consonância com a máquina administrativa portuguesa, devido à rígida organização interna da Companhia de Jesus essa presença também obedecia às determinações mais gerais da própria Ordem.

Este trabalho propiciou também uma discussão sobre o pequeno número de estudos na área de Educação sobre o período colonial. Deve-se ir além das periodizações que privilegiam exclusivamente o econômico, ou somente o político, pois esses parâmetros desfavorecem a análise sobre o início da instrução pública no Brasil, fundamental para se compreender a história da educação brasileira como um todo, como um processo.

Na compilação das fontes foram apontadas novas direções, novos documentos, que podem ainda dar continuidade a essa discussão em trabalhos futuros. Novas questões também foram geradas nesse processo de investigação. Afinal, qual a amplitude da atuação do Colégio Jesuítico de Paranaguá? Recebeu alunos de outros lugares? Qual a relação com o Colégio de Santos, uma vez que a casa fundada em 1708 estava anexa a ele? As pistas direcionariam este estudo para um novo caminho, que se espera ser percorrido em trabalhos futuros.

Referências

FONTES PRIMÁRIAS

CABRAL, M. V. da V. **Compêndio de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1925.

CONSTITUIÇÕES. São Paulo: Loyola, 1997.

DAVID CARNEIRO. Colégio dos Jesuítas em Paranaguá. In: **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. http://www.iphan.gov.br/revistado_patrimonio/Revista%20do%patrimonio-2.htm. Consulta realizada em 13/07/2006. n.4, 1940, p. 361- 382.

D'AZEVEDO, M. D. M. Instrução Publica nos Tempos Coloniaes, In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LV, Parte II. Rio de Janeiro: Companhia Typographia do Brasil, 1893, p.141-158.

DE ANDRADA, M. F. R. Descrição primeira, em que se tratam os cazos memoráveis acontecidos na villa de Cananea, desde a sua criação até 31 de Dezembro de 1787. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XLV, Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Universalde H. Laemmert & C., 1882, p. 79-96.

DE MENDONÇA, M. C. **Século XVIII, século pombalino no Brasil**. Rio de Janeiro Xerox do Brasil, 1989.

DOS SANTOS, J. R. Apresentação. In: **Compêndio de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1925.

HANS STADEN. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2006

INÁCIO DE LOYOLA (Santo). **Constituições da Companhia de Jesus**: e normas complementares. São Paulo: Loyola, 1997.

PEDRO TAQUES. ***História da Capitania de S. Vicente***. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s.d.

REPRESENTAÇÃO da Câmara de Paranaguá. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Caixa 00238, pasta 04, maço 12, doc. n. 24, 1743.

ROCHA POMBO. ***História do Brasil***. Vol. III – Os Bandeirantes. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson INC., 1959.

ROMÁRIO MARTINS. ***História do Paraná***. 3ª ed. Curitiba/São Paulo/Rio de Janeiro: Guairá, s.d.

SAINT-HILAIRE, A. de. ***Viagem à Comarca de Curitiba***. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

TAUNAY, A. de E. Escorço biográfico de Pedro Taques. In: PEDRO TAQUES. ***História da Capitania de S. Vicente***. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s.d.

FONTES SECUNDÁRIAS

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; GIMENEZ, J. C. ***Educação e Pesquisa***: fontes e documentos. (artigo inédito), 2007.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a *Ratio Studiorum*. In: ***Acta Scientiarum***, Maringá, vol. 22, n. 1, 2000, p. 181-187.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M. A filosofia educacional dos jesuítas nas Cartas do Pe. José de Anchieta. In: ***Acta Scientiarum***, Maringá, vol. 25, 2003, p. 257-265.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M. Estrutura e Organização das Constituições dos Jesuítas (1539-1540) In: *Acta Scientiarum*, Maringá, vol. 24, n. 1, 2002, p. 103-113.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Verbete Antijesuitismo. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Cd-Rom. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

_____. Verbete Padroado. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Cd-Rom. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

BITTAR, M.; FERREIRA Jr. Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. In: *Educação e Sociedade*, vol. 25, n. 86, Campinas, 2004, p. 171-195.

_____. Casas de bê-á-bá e evangelização jesuítica no Brasil do século XVI. In: *Educação em Questão*, vol. 22, n. 08, Natal, 2005, p. 153-181.

_____. O Estado da Arte em História da Educação Colonial. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

BLUM, P. R. Lorenzo Valla (1406/7-1457). Humanismo como Filosofia. In: _____. (org.). *Filosofia da Renascença*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003, p. 49-59.

BUENO, E. (org.). *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CENTURIÃO, L. R. M. *A Cidade Colonial no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

DANIEL-ROPS, H. *A Igreja da Renascença e da Reforma*. São Paulo: Quadrante, 1999.

DE ASSUNÇÃO, P. **Negócios jesuíticos**: o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

DE FREITAS, W. F. **História de Paranaguá**: das origens à atualidade. Paranaguá: IHGP, 1999.

DE PAIVA, J. M. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

_____. Após 25 anos. In: **Catequese e Colonização**. São Paulo: Arké, 2006, p. 105-154.

FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, T. L. **História da Educação Lusobrasileira**. São Paulo: Saraiva, 1966.

GARCÍA-VILLOSLADA, R. **Santo Inácio de Loyola**: uma nova biografia. São Paulo: Loyola, 1997.

IGNACIO DE LOYOLA (San). **Obras Completas**. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

INÁCIO DE LOYOLA (Santo). **Autobiografia de Inácio de Loyola**. São Paulo: Loyola, 1997.

NÓVOA, A. Introdução. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil**, vol. I. Petrópolis: Vozes, 2004.

NUNES, A. D. Trabalhando com Arquivos em História da Educação. In: **Anais do V Encontro Nacional do Grupo de Pesquisa "Educação, História e Cultura – Brasil – 1549-1759**. Piracicaba: DESCUBRA, 2005.

O' MALLEY, J. W. **Os primeiros jesuítas**. São Leopoldo: UNISINOS; Bauru: Edusc, 2004.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

ROMANELLI, O de O. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUCKSTADTER, F. M. M. **A construção histórica da figura “heróica” do padre José de Anchieta**. 119 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.

RUCKSTADTER, V. C. M. **José de Anchieta: teatro e educação no Brasil-Colônia**. 67 f. Monografia de Especialização. Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2005.

SAVIANI, D. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **A escola pública no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2005, p. 01-30.

SERAFIM LEITE (S J.). **História da Companhia de Jesus no Brasil**. 10 vol. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Novas Cartas Jesuíticas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. **Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SCHIMTZ, E. **Os jesuítas e a educação: a filosofia educacional da Companhia de Jesus**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil**, vol. I. Petrópolis: Vozes, 2004.

TRAMUJAS, A. **Histórias de Paranaguá**: dos pioneiros da Cotinga à porta do Mercosul no Brasil Meridional. Curitiba: s. ed., 2006.

VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memória Histórica de Paranaguá**. Volume 1. Curitiba: Editora do Museu Paranaense, 1951.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. Dos Professores, 1968.

WESTPHALEN, C. M. Jóias e Alfaias do Colégio de Paranaguá. In: **Boletim da Universidade do Paraná**, n. 01, Curitiba, 1962, p. 01-21

_____. **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

WREGGE, R. S. **A Educação Escolar Jesuítica no Brasil-Colônia**: uma leitura da obra de Serafim Leite "História da Companhia de Jesus no Brasil". Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp, 1993, 268 f.

WRIGHT, J. **Os jesuítas**: missões, mitos e histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

LITERATURA DE APOIO

ALVES, Ivone *et alii*. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

ARRUDA, J. J. (org.). **Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo**. 2 vol. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

BACON, F. **Novum Organum**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

BAUER, Wilhelm. **Introducción al estudio de la Historia**. Traduzido da 2ª edição alemã e Notas por Luis G. de Valdeavellano. 3ª ed. Barcelona: Bosch, Casa Editorial, 1957.

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da História**: ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COELHO, M. P. **Condorcet. Educação e Instrução**: a busca da perfectibilidade humana como sentido da vida. 106 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

FONTES, V. História e Modelos. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da História**: ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 355-374.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 14 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. p. 134-53.

_____. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HOBBSAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEONEL, Z. ***Contribuição à história da escola pública***: elementos para a crítica da teoria liberal da educação. 258 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas, 1994.

MARX, Karl. ***Para a crítica da economia política***. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores).

MARX, K.; ENGELS, F. ***A ideologia alemã***. Lisboa/São Paulo: Presença/ Martins Fontes. 2 vol., s.d.

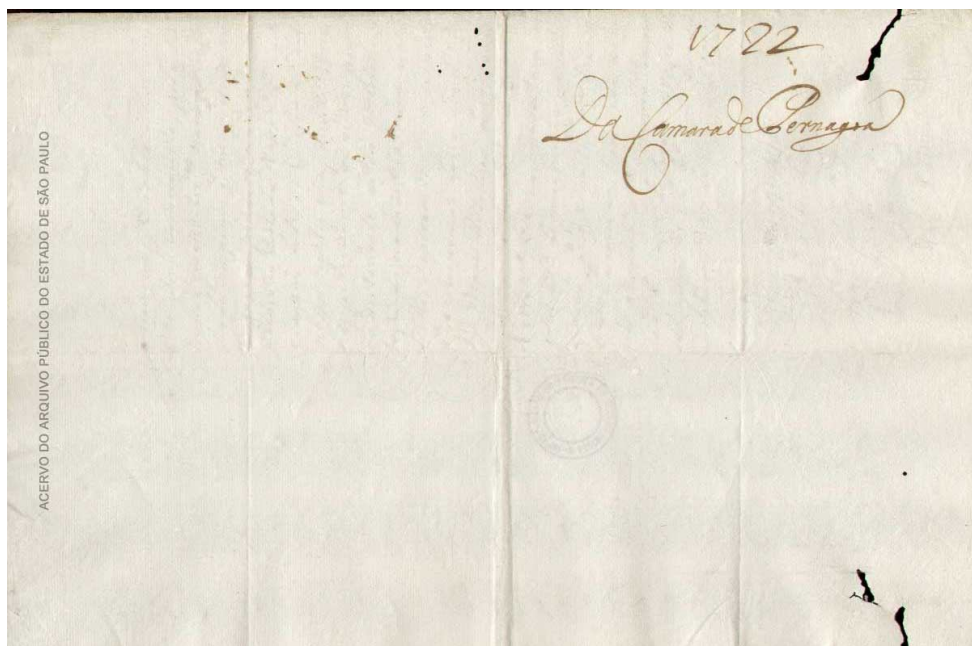
SGARBOSSA, M.; GIOVANNI, L. ***Um santo para cada dia***. 6ª ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

<http://www.capes.gov.br> Acessado em 20 de agosto de 2006.

<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio> Acessado em 30 de julho de 2006.

ANEXO B - Petição da Câmara de 1722 que exigia o prosseguimento das obras do colégio embargadas pelo ouvidor Rafael Pires Pardiniho no ano de 1720 (duas folhas frente e verso)



Parnaíba

17-Março-1722

12-4-10
ma 5.

Deu e Saõ vs m... g. Comca
 Aleam e Lendaru noja ouzaria
 Apreheniãble agi. a fteina
 Comque ligre zente seacha que
 vo de pã tã. Q. d. e. a. e. a. e. a.
 Seãnaã d'Alfayta de e que ange
 Vinculado d'Al Com miteracionis
 p.º Compara d'osq. aite e carri-
 mas. O d'utro agi. se propenã
 que de e u b e c h m y d e b e g n i n o d e
 seu natural guinaã e d'ante
 ra va z e m m o y d e t a m p o r o z a t a
 Com d'ocumãos p.º onãpo e seço g-
 Com d'elã tã y m e h e t e r o q u e
 Com p r e n e e c o l a e a t m a i s v.º
 S i r u m u t i n l a y C o m C a t o , q . v . z
 D e u e p e r d e s e m p e n o s a t e m p a
 rem Com v i n d i c a t a s ; e o d'is
 p.º e u p r i o r i e t e m d e q u i d o n e e
 de e n a d o , p o r d r i u m q . e l l o m d e l e u
 p r o v i n c i a l ; p o r q . a t e m d e l e u m
 d e f a b r a y d e a c e s t o t y , e a m e s d e l e
 d r i d o r d e e u y a b i l i d a d e y C o m
 m o t e n a o , d e h y , e u d o t e r e q u a t
 M e d i a n d o g r . d e d a b i z a t e m . d e
 c o r d e u i d a , C o m p r e m e h e d e m o n i
 d e e u y d e f u i d e r , d e m a i s m y d e
 L i g . t a d e l e u v i g t . , e p . v . d . e .
 D e u e p e r v d e s e r r i a s m e o t a t
 rem p r o n a t o , d o s t e g r . d e
 d e l e u , e f a b r a n d o e h y f i a r e m e n t a
 v i u e n t e , C o m m e n d o C o m m e n d a



APÊNDICE

Apêndice A – Cronologia da atuação dos jesuítas na Vila de Paranaguá

1605: missão liderada pelo padre jesuíta Fernão Cardim;

1682: a Câmara de Paranaguá escreveu uma carta a Roma, endereçada ao padre Geral da Companhia de Jesus, em agradecimento a missão jesuítica, de onde nasceu pedido da casa jesuítica por parte da vila;

1685: Nova carta reforçando o pedido da instalação de uma casa jesuítica;

1707: Doação da Câmara de Paranaguá aos padres jesuítas de sete mil cruzados para a construção da igreja, dois currais, além de 400 cabeças de gado e terras para plantações e pastoreio;

1708: Fundação da casa jesuítica anexa ao Colégio de Santos;

1720: O Ouvidor Rafael Pires Pardiniho embarga as obras iniciadas do colégio;

1722: Representação da Câmara de Paranaguá pedindo que as obras continuassem e se fosse fundado o colégio em Paranaguá;

1743: Representação da Câmara de Paranaguá acusando os padres jesuítas de extrapolarem os limites das terras doadas a eles na construção do colégio;

1752: Início das atividades no colégio, mesmo antes de sua aprovação oficial;

1755: Fundação oficial do Colégio Jesuítico de Paranaguá.